



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI — EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Seminário	Nº: 0637/13	DATA: 04/06/2013
INÍCIO: 09h42min	TÉRMINO: 13h27min	DURAÇÃO: 03h45min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h46min	PÁGINAS: 79	QUARTOS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA DO ROSÁRIO - Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
VINÍCIUS LOBÃO RIBEIRO - Representante da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa — ANCOF.
CLÁUDIO ROBERTO STACHEIRA - Coordenador-Geral do Observatório Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
POLIANA GOMES GALVÃO - Representante do Fórum dos Adolescentes em Situação de Rua do Distrito Federal.
MARIA IZABEL SILVA - Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA.
KARINA FIGUEIREDO - Secretária-Executiva do Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
DENISE DE CARVALHO CAMPOS - Membro da Coordenação Colegiada da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente — ANCED.
LUCIANO MARCANTÔNIO - Secretário Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
ELEONORA PEREIRA DA SILVA - Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos – Pernambuco.
FRANCISCO JOATAN FREITAS SANTOS JUNIOR - Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos — Ceará.
MAURA LUCIANE CONCEIÇÃO DE SOUZA - Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos — Distrito Federal
HELYZABETH KELEN TAVARES CAMPOS - Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos — Minas Gerais.
SANDLA WILMA BARROS - Representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos — Bahia.
MÁRCIA FRUET - Presidenta da Fundação de Ação Social de Curitiba, Paraná.
MARIA GLÁUCIA COSTA BRANDÃO - Secretária Municipal de Assuntos Sociais de Belo Horizonte, Minas Gerais.

SUMÁRIO: Seminário *Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos*.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Houve exibição de imagens.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria de saudar cada uma e cada um de vocês, agradecendo-lhes imensamente a presença nesta atividade da CPI que investiga o turismo e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Este evento será transmitido pela Internet durante toda a sua duração. Nós, antes de compormos a Mesa de abertura, vamos ter o prazer de escutar a Ministra, que terá que se retirar em seguida, porque tem um compromisso no Congresso Nacional diretamente ligado à defesa dos direitos da pessoa humana.

Então, antes de compor a Mesa, eu gostaria de passar a palavra à Ministra Maria do Rosário, para que ela possa fazer a sua saudação. Tão logo S.Exa. tenha se pronunciado, se retirará do local, mas nós contaremos com um ou uma representante da Secretaria de Direitos Humanos durante todo o nosso evento, que tem como objetivo, primeiro, nivelar as experiências dos vários comitês que estão discutindo as leis para a Copa com um recorte de proteção às crianças e adolescentes nos megaeventos.

Nós vamos ter esta Mesa de abertura e uma segunda Mesa, com as experiências que estão sendo desenvolvidas em todas as Unidades da Federação onde existe a participação de comitês, e depois vamos caminhar para o encerramento, na perspectiva de lançarmos, no final deste Seminário, um pacto a ser abraçado por todas as Unidades da Federação que sediarão jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.

Nós queremos lançar esse pacto no final deste Seminário, para que ele seja encaminhado às diversas localidades e para que nós possamos ter o compromisso dos responsáveis e dos gestores no sentido de preparar o Brasil para as Copas, o que significa proteger nossas crianças e nossos adolescentes.

Temos o entendimento de que preparar o Brasil não é apenas dotá-lo de infraestrutura hoteleira ou aeroportuária, mas fundamentalmente assegurar que não teremos o recrudescimento, que não teremos um Estado que não se coloque com a lógica da proteção para assegurar, a partir dos seus diversos mecanismos, que nossas crianças, nossos adolescentes não sejam vítimas de turismo e de exploração sexual durante os megaeventos.



Portanto, estamos aqui eu, Deputada Erika Kokay, que presido esta CPI, e a Deputada Liliam Sá, Relatora da CPI, construindo na Comissão alguns olhares diferenciados da experiência que a CPI desenvolveu aqui no Congresso Nacional, tendo tido à época a então Deputada Maria do Rosário como Relatora. Nós temos alguns elementos que são contextos diferenciados, e a CPI não pode deixar de se debruçar sobre eles.

Um deles diz respeito às grandes obras. Nós já realizamos uma série de audiências públicas, e não há dúvida de que há um recrudescimento da exploração sexual com as grandes obras, onde se derramam milhares de pessoas em uma comunidade, e a comunidade rompe todos os seus vínculos e se ressignifica e, ao mesmo tempo, as nossas crianças acabam sendo vítimas desse processo.

Outro são os megaeventos que o Brasil sediará, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. É preciso que nós tenhamos, primeiro, o nivelamento de ações básicas, fundamentais, para que nós tenhamos a segurança de que estamos fazendo o que é necessário ser feito para que não se deixe um rastro de violação de direitos de nossas crianças e adolescentes depois dos megaeventos.

Portanto, esse é o objetivo deste Seminário, e nós desejamos a todas e todos que seja um rico Seminário.

Eu passo a palavra à Deputada, hoje Ministra, Maria do Rosário, para que possa fazer as suas considerações. Em seguida, nós comporemos a Mesa de abertura.

Registro antes, porém, a presença do nosso querido Deputado da Bahia, Estado que nos presenteou com um Parlamentar da qualidade do Deputado Amauri Teixeira, que é do PT da Bahia e está aqui conosco. É um prazer tê-lo aqui, Deputado Amauri Teixeira.

Passo a palavra, então, para a nossa Ministra Maria do Rosário.

A SRA. MINISTRA MARIA DO ROSÁRIO - Muito obrigada.

Eu quero cumprimentar a Presidenta da CPI, Deputada Erika Kokay, pelo trabalho, pela mobilização por este Seminário, pela parceria na proteção integral e na prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente.



Quero cumprimentar, igualmente, Deputada Erika Kokay, a Relatora da CPI, Deputada Liliam Sá, que tem feito um trabalho também muito dedicado.

Quero prestar o meu reconhecimento a esta jornada que a CPI tem realizado pelo Brasil, com a dedicação destas Parlamentares, com a dedicação do Deputado Amauri Teixeira, do PT da Bahia, e com a dedicação de um grupo de Parlamentares que fazem a diferença quando priorizam essa agenda como uma agenda importante para o Brasil, que estabelece o direito ao desenvolvimento com direitos humanos, com desenvolvimento na maior amplitude que essa palavra tem, que é a atenção e o cuidado com a vida e com os direitos que as pessoas precisam ter reconhecidos todos os dias, em termos de políticas públicas, de estratégias que o País busca assegurar a todos os brasileiros e brasileiras.

Quero também registrar, com muito carinho — certamente, depois a Deputada Erika Kokay também o fará —, a presença de dois Secretários Municipais, para simbolizar um cumprimento a todos os Secretários e Secretárias e ativistas: a Dra. Gláucia Brandão, Secretária Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte, e o Secretário Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre, Luciano Marcantônio, com quem nós estamos também dialogando juntos aos Prefeitos — não, é? — que vocês representam também num momento como este. Muito obrigada.

Senhoras e senhores, a Secretaria de Direitos Humanos tem a responsabilidade de, no âmbito do Governo e na relação com a sociedade, articular a valorização do próprio protagonismo e a autonomia da sociedade brasileira; tem uma responsabilidade especial de cumprir e buscar fazer cumprir a atenção aos direitos da criança e do adolescente, o cumprimento do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Bem, se nós observarmos, do ponto de vista da exploração sexual, a década de 80 nos trouxe... Antes mesmo do Estatuto, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua trabalhou e reconheceu a existência da exploração sexual de tipo comercial e as circunstâncias do abuso intrafamiliar, naquele momento, diante de uma CPI sobre o extermínio de crianças e adolescentes.

Em 1993, se não me engano, se não me falha a memória — 1993, 1994 —, a Câmara dos Deputados instalou uma CPI que naquela época se chamava CPI para enfrentamento da prostituição infantil. Moroni Torgan era o Relator; Marilu



Guimarães era Presidente. Aquela jornada daqueles Parlamentares, naquele período, cumpriu um papel importante de mobilização para o Brasil também, lançando as bases de campanhas fundamentais, com a presença da EQUIPAT, de muitas organizações.

Dez anos após, uma nova geração de Parlamentares estabeleceu uma CPI Mista, Câmara e Senado, com o olhar sobre a exploração sexual comercial, o tráfico de crianças e adolescentes no Brasil, a partir de uma pesquisa chamada PESTRAF, liderada pela Profa. Maria Lúcia, da nossa UnB. A pesquisa indicava as rotas do tráfico para a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil e para fora dele. Mais de 200 rotas foram mapeadas naquele período.

A CPI de 2003/2004 — eu tenho presente porque tive a responsabilidade da Relatoria, como disse a Deputada Erika — foi a 21 Estados e assegurou 5 projetos de lei que foram todos aprovados, principalmente o que trata de mudanças no Código Penal Brasileiro, no Título VI, que trata dos crimes sexuais. Produziu, ainda, uma análise sobre as sentenças judiciais, mas não conseguiu, sinceramente, enfrentar a impunidade em torno do tema.

Hoje, 10 anos depois, esta CPI está cumprindo este papel. Eu tenho total concordância com a Deputada Erika Kokay, quando ela diz que é um novo contexto. Mas é por isso mesmo que a vida do Parlamento, a energia do Parlamento precisa estar presente em causas como essas, que devem mobilizar todos os atores.

Eu terei uma reunião com o Presidente da Câmara e do Senado daqui a alguns minutos para tratar do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Por isso não poderei permanecer, mas a Secretaria de Direitos Humanos acompanhará este Seminário, porque nós já nos sentimos parte, também, da responsabilidade de executar políticas, como as políticas que realizamos através do PAIR, do Programa de Ações Integradas Referenciais na Área do Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que tem sido com mais de 500 Municípios do Brasil. Esse programa foi instalado para promover a articulação de todas as políticas que existem no âmbito municipal para atenção e cuidado com a criança vítima, a prevenção, o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, através de uma linha de ação que nós fortalecemos no período do Governo da Presidenta Dilma, com o apoio desta Casa e do Senado, com o apoio dos Srs. e das Sras. Parlamentares, com as



emendas parlamentares, inclusive, destinadas a ampliar o orçamento da Secretaria de Direitos Humanos, para viabilizarmos a equipagem dos Conselhos Tutelares.

No âmbito dos grandes eventos e das obras, nós reconhecemos a necessidade de, para além de uma política cotidiana e de sistemas instalados, considerando que são nossos sistemas instalados — nossos, da área da infância... O Sistema Único de Saúde tem que ser percebido como nosso sistema de proteção às crianças, com o treinamento, o compromisso e a notificação compulsória dos agentes de saúde diante da violência, em todas as circunstâncias, e não apenas no contexto de eventos ou de obras, mas em toda a política, de forma sistêmica.

Outro sistema que é nosso, da área da criança, é o Sistema Único de Assistência Social, os CRAs e CREAs, a política de assistência social, a sua instalação na observação das necessidades familiares dos direitos da criança.

Também são nossos os sistemas educacionais, em políticas que estão se ampliando cada vez mais e que visam tornar-se universais, como o direito à escola integral, em turno integral, que o Ministério da Educação apoia, através do Programa Mais Educação e do FUNDEB; ou o chamado projeto Escola que Protege, para apoiar educadores para a formação diante da abordagem da atenção a crianças vítimas da exploração sexual e do abuso, compreendendo aqueles pedidos de socorro, aqueles alertas que a criança faz sem ser por palavras.

As minhas palavras para os senhores, aqui, se dão no sentido de cada vez mais reconhecermos, na área da infância, como nossos estes sistemas, o SUS, o SUAS e os sistemas educacionais, e mobilizarmos em uma agenda de convergência o trabalho articulado, que é a proposta que o PAIR realiza.

No contexto das grandes obras, nós estamos trabalhando de forma a colocar... Por exemplo, no entorno da Usina de Belo Monte, nós trabalhamos a capacitação e os Conselhos Tutelares de referência em todas aquelas cidades. Colocamos ali uma ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos, um braço nosso, que atua na Casa de Governo. E é por isso que em Altamira foi descoberta e esfacelada uma rede de exploração sexual. Isso aconteceu justamente pelo fato de uma menina de 16 anos ter fugido de uma casa de exploração sexual, ter sido levada ao Conselho Tutelar e ter salvado vidas de muitas pessoas, a partir do trabalho da Conselheira Tutelar que a atendeu com excelência na atividade que



realizou. Sempre gosto de dizer que a Conselheira se chama Lúcia e faz um belo trabalho, como muitos Conselheiros Tutelares dignos de muito reconhecimento para o Brasil.

No plano dos grandes eventos, o Claudio Stacheira, Coordenador-Geral do Observatório Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, que vai nos representar, vai destacar para os senhores que a Secretaria de Direitos Humanos acredita firmemente, Secretária Gláucia, nos comitês locais, que vão operar.

Nós temos um pacto com os Municípios que sediarão jogos da Copa das Confederações e com os Estados — estamos atuando juntos com o Judiciário, com o Ministério Público —, para que próximo ao local onde vão acontecer os jogos, ao lado, nós tenhamos plantões, Deputada Erika Kokay. Nós vamos ter plantões que vão funcionar, com o apoio de Conselhos Tutelares, como plantões para o apoio a qualquer circunstância necessária ao atendimento da criança e do adolescente, durante, antes e depois do jogo.

Nós estamos reforçando a nossa estrutura de plantão do Disque 100. Vamos ter contato direto com as localidades dos jogos, nas seis cidades.

E já estão nos Municípios-sede da Copa das Confederações os carros, computadores e todo esse *kit* que nós adquirimos, com o apoio do Congresso Nacional, que ontem nós entregamos, aqui em Brasília, se não me engano, para 55 Conselhos Tutelares — não só em Brasília, mas também no Entorno. Todo o Entorno do Distrito Federal e as cidades que compõem o grande complexo do Distrito Federal receberam os carros, os computadores, as geladeiras, tudo aquilo que diz respeito àquele *kit* com que nós estamos equipando os Conselhos Tutelares. Todas as cidades-sede da Copa das Confederações foram priorizadas. Cada Conselho Tutelar de cidade-sede será equipado com um novo carro, para que não seja necessário pedir carro emprestado para ninguém. E, no pacto de repasse do carro para a Prefeitura Municipal, está escrito que ele é de uso exclusivo do Conselho Tutelar.

Além disto, nós fomos reconhecidos como participantes do Comitê de Segurança da FIFA para as questões que dizem respeito aos direitos da criança.



O Disque 100 será o telefone de contato para situações de violência, que vamos passar diretamente também às autoridades locais que tratam em geral da segurança pública.

E nós estamos trabalhando tudo isto apenas com um objetivo, Deputada Liliam Sá, que é a prevenção. Nós estaremos prontos para atender qualquer situação em que a criança seja vítima, mas o nosso grande objetivo é deixar alerta a sociedade brasileira, porque, se nós estivermos todos alertas, ao invés de aumentarmos a violência contra a criança e o adolescente, como muitos dizem, faremos o que o Brasil almeja: reduzir a violência e mostrar que é possível viver com menos ou até mesmo sem nenhuma violência contra a criança e o adolescente, sem nenhum abuso ou exploração sexual. Essa é a nossa meta.

Nós não estamos fazendo tudo isso pensando que vamos viver uma epidemia de violência. Ao contrário, nós estamos fazendo tudo isso para dizermos ao próprio País ou a todos os estrangeiros que o Brasil não tolera, não aceita a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes, que são crimes, e que nós estamos alertas para que eventuais autores desses crimes sejam responsabilizados devidamente, principalmente no âmbito da prevenção.

Por último, Deputada Erika, eu vou adiantar aqui para os senhores... Não, acho que eu não vou. Eu acho que nós vamos ter uma novidade importante para o próximo período. Eu só quero que ela esteja mais preparada. Mas o UNICEF nos propôs — e nós estamos estudando — a possibilidade de colocarmos no ar, na semana que vem, antes da Copa das Confederações — é uma proposta do UNICEF, com a Secretaria de Direitos Humanos —, uma espécie de aplicativo para celular, com o qual qualquer pessoa terá a oportunidade de baixar esse aplicativo no seu celular e, com ele, ter um mapa que mostra onde está o Conselho Tutelar mais próximo. Isso pode ser uma boa ferramenta para todo mundo (*Palmas.*)

Eu espero que esses meninos tão jovens, que sabem tudo de computador e estão fazendo isso de forma dedicada e gratuita para contribuir com a causa da criança, possam terminar o aplicativo, e o UNICEF e a SDH possam apresentá-lo ao Brasil, na próxima semana, com os senhores, com os Parlamentares, porque isso, para nós, é fundamental.



Os senhores estão viabilizando a equipagem dos Conselhos Tutelares. Nós estamos felizes. E esses comitês locais, Secretários e Secretárias, que já estão nas seis cidades da chamada...

O nome disso é Agenda de Convergência. Prefeituras, Estados e Governo Federal; empresários; o setor de futebol; organizações não governamentais; Judiciário; Ministério Público; todos na chamada Agenda de Convergência, organizando um comitê para o atendimento pleno e integral dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Sem dúvida, o Parlamento brasileiro é muitíssimo importante, porque a sua experiência, sistematizada posteriormente no relatório da Relatora Liliam Sá e votado, Presidenta Erika Kokay, pela Câmara dos Deputados, poderá significar a continuidade e a transformação deste momento em metodologias de trabalho para todos os grandes eventos, para todas as grandes obras, para um grande país que é o Brasil e para a sua grande responsabilidade, que assegurar o pleno direito das crianças.

Muito obrigada e bom trabalho. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós entregamos para a Ministra Maria do Rosário a proposta de um pacto nosso. Nós estamos agora lhe solicitando — e ela se dispõe — que assine, previamente, este pacto. *(Palmas.)*

Quero agradecer muito à Ministra Maria do Rosário pela disponibilidade e pelas palavras.

Vamos, então, compor a nossa Mesa.

Este Seminário será composto por três Mesas. Primeiro, haverá a Mesa de abertura; em seguida, nós vamos discutir as experiências dos comitês — nós temos seis representantes de comitês aqui; depois vamos para o encerramento, com os representantes e gestores.

Nós temos aqui, como já foi falado, a Gláucia Brandão, Secretária Municipal de Assuntos Sociais de Belo Horizonte; a Márcia Fruet, Presidenta da Fundação de Ação Social de Curitiba; e o Sr. Luciano Marcantônio, Secretário Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre. Essas todas são cidades que irão sediar jogos da Copa. Nós ainda temos a representação do Governo do Distrito Federal, que comporá a Mesa de encerramento.



Então, nós vamos compor a Mesa de abertura e, em seguida, passaremos para a discussão dos comitês, para que possamos nivelar as experiências e, a partir daí, possamos aprofundar a nossa intervenção. Depois, passaremos à última Mesa, de encerramento, com os representantes gestores, quando nós também iremos ler o pacto e colher as assinaturas dos representantes que aqui estiverem e remeter para os demais.

É importante que nós tenhamos claro que estamos discutindo aqui a Copa das Confederações, que se iniciará logo mais, mas que nós queremos acumular, porque existem mais localidades com jogos da Copa do Mundo do que da Copa das Confederações. Queremos também fazer um acúmulo, para que estejamos trabalhando com a Copa do Mundo.

Para compor a Mesa, está aqui conosco já a Deputada Liliam Sá, que é Relatora desta CPI, e chamo, para que possamos dar início à nossa Mesa de Abertura, o Sr. Vinícius Lobão Ribeiro, que representa a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa; a Sra. Karina Figueiredo, Secretária-Executiva do Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes — ela estava com problema de trânsito, e não sei se chegou; mas, assim que chegar, que se sinta intimada a compor esta Mesa; a Sra. Poliana Gomes Galvão, membro do Fórum dos Adolescentes em Situação de Rua do Distrito Federal. *(Palmas.)* É um prazer tê-la aqui, Poliana.

Chamo Maria Izabel da Silva, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, para a composição da nossa Mesa. *(Palmas.)*

Gostaria também de chamar um representante ou uma representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: Cláudio Stacheira, que é diretor que vai também compor a nossa Mesa, substituindo a Ministra, que, como todas e todos sabem, teve que se retirar. *(Palmas.)*

Vou dar início. Vamos estabelecer um tempo para que as pessoas possam se colocar e passar a palavra ao Vinícius, para que possa fazer a sua exposição. Você pode falar daqui como pode falar de lá. *(Pausa.)*

Com a palavra Vinícius Lobão Ribeiro, que é representante da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa.



O SR. VINÍCIUS LOBÃO RIBEIRO - Bom dia a todos, representantes da Mesa.

Venho, em nome da ANCOP, que é a Articulação Nacional dos Comitês Populares, como citado pela Deputada Erika. A Articulação é um movimento articulado com movimentos sociais organizados, universidades e sociedade civil, visando denunciar e investigar todas as violações que vêm acontecendo em nome dos megaeventos — Copa do Mundo e Olimpíadas.

Temos um número, levantado por nós, de mais de 250 mil famílias hoje ameaçadas de remoção ou já removidas nas doze cidades-sede. Isso é um número muito grande, e eu acho que já é um alerta enorme para nós. São pessoas que estão sendo removidas, que estão sofrendo remoções forçadas, de suas casas, de suas residências, com as suas famílias, e tudo isso sem nenhum planejamento de realocação por parte do Estado ou dos Governos, para realocar as famílias em moradias dignas ou com auxílio-aluguel. Enfim, na maioria dos casos, são pessoas que estão sendo removidas sem nenhum apoio, sem nenhum assessoramento, sem nenhum planejamento de realocação dessas famílias.

Inclusive, na semana passada nós estivemos em Genebra, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, denunciando essas remoções ilegais, essas violações de direitos humanos da Copa do Mundo.

Acho que isso já seria suficiente para a comoção e a revolta de todos, inclusive de governos, órgãos, sociedade civil, mas, usando Brasília como exemplo, temos aqui um estádio que está sendo construído com 100% de verba pública — 1 bilhão e meio —, construído com verba pública numa cidade onde não temos nenhum time de futebol que possa lotar os 73 mil assentos e lugares do estádio. Esses assentos custaram, por exemplo, cada um, 16 mil reais. Cada assento de plástico custou 16 mil reais, totalizando 11 milhões só em assentos.

Nós tivemos inclusive, há alguns dias, há algumas semanas, uma notícia do Senador Cristovam, contando que, com essa verba usada para a construção do estádio, poderíamos, por 12 anos, pagar integralmente a educação de 15 mil crianças. Por 12 anos, poderíamos, com a verba do estádio, pagar aulas para 15 mil crianças, no que ele chamou de “superescolas”. O que são superescolas? São escolas com todos os equipamentos, tecnologia de ponta, espaços adequados para



aulas, etc. E isso com professores recebendo salário de 9.500 por mês. Imaginem: um professor recebendo 9.500 por mês, numa escola de tecnologia. Enfim... E seriam escolas que estariam funcionando em tempo integral.

Ou seja, estaríamos suprindo uma necessidade, uma defasagem enorme que temos hoje aqui no Brasil, no Distrito Federal e em todas as cidades-sede, que é a falta de creches, a falta de escolas, a falta de lugares seguros para as crianças, a falta de espaço de lazer e vários outros serviços públicos que não chegam à população. Então, já conseguiríamos suprir uma necessidade e diminuir os riscos desses megaeventos que estão chegando, se usássemos essa verba ou pelo menos se destinássemos... Temos casos de estádios construídos por 500 milhões ou até menos, na Europa e em outros países. Então, se usássemos 500 milhões para construir o estádio, mas se tivéssemos 1 bilhão destinado à educação ou à saúde... Os números, as informações que mostramos do que poderia ser feito com essa verba são impressionantes.

Pelo contrário, hoje temos a Lei Geral da Copa que ameaça mais as crianças. A nossa Lei Geral da Copa é uma lei que favorece apenas os turistas, as pessoas que estão vindo para o Brasil assistir à Copa do Mundo e não protege a sociedade, não protege as crianças, não protege as mulheres, não protege as minorias, não protege ninguém que é cidadão brasileiro. Não temos na Lei Geral da Copa nada destinado à sociedade, aos legados da Copa do Mundo. Muito pelo contrário. No caso das crianças e das escolas, a Lei Geral inicialmente previa férias escolares durante todo o período de acontecimento dos eventos. Ou seja, na Copa do Mundo, no ano que vem, seria 1 mês de férias para as crianças. Então, já há uma dificuldade imensa dos pais em deixar essas crianças com segurança em casa ou com algum familiar. Seria 1 mês inteiro, sem planejamento nenhum por conta do Estado, para estar cuidando dessa criança, estar vigiando essa criança, sabendo se ela está segura ou não.

E tudo isso sendo organizado... Não conseguimos ver. Isso não é visto por nós. Não conseguimos perceber, mas redes de abuso sexual, de tráfico de crianças, de tráfico de pessoas já estão sendo articuladas internacionalmente, inclusive aqui no Brasil. Essas redes já estão se movimentando inclusive para a Copa das Confederações, que começa na semana que vem. Eles já estão prontos para



receber os turistas que estão chegando. Então, esses turistas nessas redes não estão vindo para assistir aos jogos. Eles já vêm prontos, com a intenção de participar de exploração sexual, de crimes sexuais, de tráfico de pessoas. Infelizmente, não conseguimos perceber — é muito bem articulado por eles —, mas isso já está acontecendo. E temos leis, a Lei da Copa... Estamos nos submetendo a uma Lei da Copa, a uma organização privada que é a FIFA, que está mais ameaçando a sociedade do que protegendo.

Então, temos depoimentos das escolas públicas. Por exemplo, panfletos estão sendo distribuídos para as crianças. As crianças estão recebendo panfletos em que oferecem oficinas de profissionalização, oficinas de inglês gratuitas. São pessoas que estão nas portas das escolas distribuindo panfletos, para chamar essas crianças para estarem comparecendo a locais, a redes, para profissionalizar essas crianças em serviços profissionais. Não sabemos quais são esses serviços, não sabemos qual é a intenção dessas redes. Na verdade, é um cadastro que as crianças fazem. Então, esse banco de dados... Para alguém comprar esse banco de dados, com o cadastro de milhares de crianças, é muito fácil. Qualquer empresa, qualquer rede com dinheiro pode ter acesso a esse banco de dados. E ficamos sem proteção nenhuma a essas crianças. Nós, até como os pais, estamos no dia a dia com as crianças, mas até os próprios pais perdem o controle dessas crianças. E temos redes agindo da forma que encontramos, nas escolas públicas.

Falando um pouco da migração, temos dados de milhares de mulheres migrando do Nordeste do País para o Sudeste — para São Paulo e Rio de Janeiro — e para Brasília, para se tornarem prostitutas, para a prostituição. Usando a Copa da África do Sul como exemplo, tivemos um aumento de 40 mil mulheres que começaram a se prostituir por conta da Copa do Mundo. Então, temos exemplos que já ocorreram em um país que é muito parecido com o nosso, que tem as mesmas dificuldades sociais. Mais uma vez, sem planejamento nenhum, pela FIFA ou pelo Estado, para fazer a proteção às mulheres e às crianças.

Temos hoje, como eu disse, a Lei Geral, que protege apenas os turistas. Chegaram agora, nos últimos dias, os tanques de guerra do Exército Brasileiro, que já estão colocados nos estádios que vão receber os jogos da Copa das Confederações. São tanques gigantes, são os Caveirões, que arremessam tiros de



água a mais de 30 metros de distância. Imaginem. Não sei qual é a intenção das redes de proteção, que falam que isso é para proteger a população, em terem tanques de guerra no Brasil.

É lógico que achamos que é importante, sim, ter uma segurança. Não somos contra a Copa do Mundo. Achamos que é importante, sim, você ter uma segurança nos megaeventos, mas que seja também, principalmente, protegida a população. Não vemos investimento nenhum sendo destinado às periferias das cidades. Muito pelo contrário, temos acompanhado aqui em Brasília, por exemplo, uma política de higienização dos centros das cidades. Tudo o que é considerado feio ou sujo é simplesmente jogado e afastado pelo Estado para as periferias. É o caso das internações compulsórias. Tudo isso sem planejamento nenhum, tudo feito de qualquer jeito. São casos e casos que estamos acompanhando.

A fala da Ministra mostra... São muito legais o planejamento e as intenções que o Governo tem, de fazer essas proteções, porém, o que temos acompanhado é que tudo isso que foi falado não tem chegado às periferias. Os Conselhos Tutelares estão sucateados, estão em estado precário. Estamos acompanhando casos de denúncias, de relatos, de pedidos dos Conselhos por melhoria, por infraestrutura, e tudo isso não está chegando às comunidades. Estamos acompanhando todas as comunidades em estado precário, os hospitais, as escolas, enfim, todos os serviços públicos em estado precário. E investimentos sendo cada vez mais feitos e verbas sendo desviadas. No caso de Brasília, mais uma vez, verba foi desviada da educação, da Secretaria da Criança, da saúde, dos espaços de saúde, tudo desviado para construir o estádio.

Então, o que queremos, no Comitê Popular — estamos investigando e pedindo —, é que seja investido também nas... Que não fique só na falação, mas que seja realmente investido nas periferias, de forma verdadeira, e não como maquiagem. O que vemos hoje é que as pessoas falam muito. Aqui falamos muito, é legal: *“Vai chegar. A gente tem isso e aquilo”*. Mas, quando estamos no chão, na população, nas periferias, não vemos esses investimentos chegando à população.

Queremos que sejam feitas campanhas. Realmente, fala-se muito, no Governo, de campanhas de educação, só que a Copa das Confederações, por exemplo, já é na semana que vem. Já no final de semana que vem estará



acontecendo a Copa das Confederações, e não existe campanha do Governo nem do Estado nem dos órgãos nem da FIFA nem de ninguém em hotéis, nas companhias aéreas, em *shoppings*, orientando com campanhas educativas o turista ou as pessoas. Muito pelo contrário. Por exemplo, no setor hoteleiro, temos um aumento de vagas de trabalho muito grande, e são pessoas que estão recebendo um trabalho pela primeira vez e querem provar para os seus patrões que podem fazer um trabalho legal, um trabalho bem feito. Então, essas pessoas nunca vão denunciar, por exemplo, se um turista chegar com uma criança dentro do hotel. Esse cara nunca vai fazer uma denúncia, porque ele sabe que, se fizer uma denúncia de um turista, por exemplo, de um estrangeiro, ele vai perder o emprego, ele vai ser demitido. Então, não temos uma campanha preparada para isso, não temos um planejamento feito.

Precisamos fortalecer o Disque 100, como foi dito pela Ministra; precisamos fortalecer os Conselhos Tutelares; precisamos fortalecer a rede de proteção e lutar contra as leis que violam os direitos humanos e que ameaçam essas crianças. Temos uma Lei da Copa que criminaliza, por exemplo, os protestos e as greves durante o período dos jogos. Não podemos protestar e não podemos fazer greve. Isso é crime, e vamos presos. Mas nós, como Comitê Popular da Copa, vamos estar na rua, vamos estar protestando. Mesmo sendo criminalizados por isso, vamos estar lutando pelos direitos da população. E queríamos convidar a todos para estar nesta luta com a gente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer ao Vinícius a contribuição.

Vou passar a palavra a Claudio Stacheira, que está representando a Secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República.

O SR. CLÁUDIO ROBERTO STACHEIRA - Bom dia a todas e a todos. Quero cumprimentar a Mesa, em nome da Deputada Erika Kokay e da Deputada Liliam Sá.

A Ministra Maria do Rosário já fez uma forte explanação a respeito da estrutura que está sendo organizada em torno da proteção integral de crianças e adolescentes no contexto da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. E esse



é um modelo que tem sido articulado com as seis cidades-sede da Copa das Confederações. E já foi iniciado um diálogo com as outras seis cidades-sede da Copa do Mundo, para que seja, na verdade, instituído como uma forma, digamos, mais atualizada, azeitada, efetiva, eficaz de se fazer gestão em direitos da criança e do adolescente.

Acho que a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude, as festas regionais, o Boi do Parintins, o São João no Nordeste, aqui no Centro-Oeste, os grandes eventos, não só os grandes eventos esportivos, são ocasiões em torno das quais acontecem situações tanto de risco quanto de violação de direitos da criança e do adolescente e das suas famílias. O desafio, na verdade, muito mais do que constituir a rede, é o de fazer com que a rede de fato trabalhe de maneira articulada. O tema “intersectorialidade” ou o conceito “intersectorialidade” é algo que é difundido no Brasil, com propriedade, há bastante tempo, vários anos, mas esse conceito, essa forma de fazer direitos da criança e do adolescente ainda é pouca explorada no âmbito operacional. Nós sabemos muito bem fazer intersectorialidade no nível estratégico, no nível tático, mas, no operacional, lá no território, a intersectorialidade ainda é um modelo em construção, ainda é um modelo que tem, digamos, menos força do que tem a intersectorialidade no âmbito estratégico.

Em torno desses eventos, a grande discussão que fica é: “*E o legado?*”. Passou o evento, e aí fica o quê? É o evento em si que está no centro do desejo da população brasileira, do Estado brasileiro neste momento, ou é o que o evento vai proporcionar para o País, para a Nação? E, no contexto da garantia de direitos da criança e do adolescente, o tema do legado, a discussão do legado também é central, se discute. E, além de tratarmos da equipagem dos Conselhos Tutelares, do fortalecimento das redes, da articulação dos comitês locais, do fortalecimento realmente dos atores que estão no território fazendo os direitos da criança e do adolescente de maneira permanente, diária, com o pezinho na poeira, falar do legado também significa pensar como é que esses sistemas que circulam em torno, enfim, do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente podem de uma maneira efetiva começar a funcionar, permanentemente, de maneira integrada.



Então, o desafio é o seguinte: como é que nós fazemos com que o SUS, o SUAS, o sistema de educação, os sistemas de segurança possam atuar de maneira articulada, seja só a partir do Poder Executivo ou também com o sistema de Justiça e os demais atores estratégicos desse sistema? Falar disso, falar de um processo articulado, falar de um modelo de gestão articulado significa falar de uma agenda de convergência. E aí é que chega, na verdade, o papel dos Comitês Locais para Proteção Integral que estão articulados em torno dos jogos da Copa das Confederações, neste momento, e se desdobram para os demais jogos da Copa e para os demais grandes eventos.

Bom, a agenda de convergência, eu quero destacar, é uma iniciativa que parte da sociedade civil, dos organismos internacionais, dos órgãos de governo, não só da União, mas isso surge a partir de algumas provocações de Estados e Municípios. E tem algo que é muito particular, que é a proposta de colocar num lugar comum, na verdade, na mesma mesa de trabalho, todos os atores que estão trabalhando em torno da proteção integral.

É óbvio que o enfoque desse encontro, do encontro que hoje nos traz aqui, é o enfrentamento à exploração sexual. No entanto, o olhar de proteção integral é um olhar sistêmico. Além da exploração, ele vai para uma visão de violência sexual, que é um pouco mais ampla do que isso. Ele trata do enfrentamento das diferentes formas de exposição de crianças e adolescentes aos riscos, seja na convivência familiar comunitária, seja no consumo dos diversos tipos de droga, álcool, enfim, outros tipos de droga, das situações de risco e mesmo dos casos de desaparecimento de crianças e adolescentes durante esses grandes eventos. Então, a proteção integral vai tratar realmente de um olhar sistêmico, que depende necessariamente da articulação da rede local, da rede de proteção, junto com a sociedade civil, não só com órgãos de governo.

Assim, falar de legado em torno desse complexo significa dizer que precisamos, de maneira estrutural, fortalecer o papel dos Conselhos, e aí não só dos Conselhos Tutelares como atores operacionais desse processo. Algo que é uma conquista da sociedade brasileira, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é o papel dos Conselhos de Direitos. O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente é diferente dos demais conselhos setoriais, da saúde, da educação, da



segurança, da assistência etc. Os Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente Municipais e Estaduais, mesmo o Conselho Nacional, têm uma peculiaridade; eles não estão vinculados diretamente a uma política setorial, como o Conselho da Saúde é vinculado à política da saúde, e a política da saúde é muito própria; ela é vertical, ela tem uma organicidade que permite de uma maneira muito mais rápida fazer com que a saúde aconteça lá no território, e ela depende estruturalmente da saúde. Agora, quando se trata do Conselho de Direitos da Criança e Adolescente, nós estamos falando de articular, no mesmo nível de entendimento e no mesmo nível de protagonismo, a saúde, a educação, a assistência, a segurança pública, o sistema de justiça e outras políticas do território, não necessariamente só aquelas voltadas para a política social básica, não é? Nós estamos tratando de políticas de transporte, meio ambiente, cultura, esporte, que são políticas que afetam diretamente, enfim, esse complexo de garantias de direitos da criança e do adolescente.

Então, o fortalecimento desses Conselhos como órgãos que vão ter capacidade de sustentar esses Comitês Locais de Proteção é fundamental. Hoje nós temos aqui presentes representantes dos Comitês Locais de Proteção Integral das seis cidades-sede da Copa das Confederações, e destacaria o grande protagonismo e a relevância que têm esses seis comitês neste momento, na preparação desse novo modelo de trabalho, desse modelo, enfim, acreditado como sendo o modelo de trabalho capaz de dar maior celeridade e efetividade ao sistema de garantia de direitos, à forma de fazer a garantia de direitos no território.

De maneira rápida, para encerrar, eu destacaria o papel dos Comitês Locais de Proteção Integral do Estado da Bahia e do Estado de Pernambuco, que foram os dois precursores dos dois principais instrumentos de trabalho previstos dentro do Comitê de Proteção Integral à Criança e Adolescente. O Estado de Pernambuco tem já uma experiência bastante consolidada na preparação de espaços temporários de proteção em torno dos grandes eventos. Aí a nossa companheira do Estado de Pernambuco, Eleonora, depois poderá com mais detalhes comentar isto conosco, mas do Estado de Pernambuco veio a experiência de preparar espaços de proteção para situações de grandes eventos, especialmente na experiência com o carnaval de Olinda.



Por outro lado, no Estado da Bahia, numa relação a partir da Prefeitura Municipal de Salvador, do Governo do Estado e do CEDECA da Bahia, foi desenvolvido um caderno de fluxos de encaminhamentos e fluxos de atendimento a situações gerais de violência contra a criança e o adolescente, desde situações de trabalho infantil a violência sexual na convivência familiar e demais violações. Então, a partir dessas duas grandes experiências, ou seja, da preparação, ou melhor, da modelagem do processo de relacionamento entre os atores que estão lá na ponta, com base nos fluxos, e também da preparação desses espaços físicos temporários de cuidados para situações de risco e de violações de direitos da criança e do adolescente, constituiu-se a estrutura dos Comitês Locais de Proteção.

Esses Comitês Locais são vistos como sendo essa metodologia, uma forma de se garantir direitos da criança e do adolescente mais célere, mais efetiva, mais eficaz, capaz de num prazo de tempo mais curto conseguir articular os diferentes atores lá na ponta, não só atores do Governo, mas a sociedade civil, a sociedade como um todo, em favor da garantia de direitos da criança e do adolescente.

Deixo aqui os cumprimentos à Presidenta da CPI, os cumprimentos aos senhores e senhoras que se fazem presentes aqui hoje, ressaltando a importância das organizações da sociedade civil, dos demais representantes que estão aqui presentes hoje, a importância de os senhores se aproximarem, na verdade, dessas iniciativas de proteção integral. Os comitês locais só têm sentido a partir do momento em que eles passam a acompanhar as mobilizações locais, as mobilizações lá do bairro, dos locais onde vão acontecer as Fan Fests, onde vai existir o telão para a população assistir ao jogo, que não necessariamente são próximos do estádio; só vão ter sentido a partir do momento em que as iniciativas dessas comunidades possam realmente contribuir para qualificar o diálogo que os órgãos públicos estão desenhando e isso possa ser institucionalizado como um processo permanente.

E a institucionalização disso depende, obviamente, do papel que os órgãos de governo vão ter. Por isso é imprescindível que a gente possa trabalhar de uma maneira bastante próxima, bastante efetiva, permanente e direta.

Muitíssimo obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Cláudio.



Eu gostaria de chamar Karina Figueiredo, que é Secretária Executiva do Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Quero anunciar a presença do Deputado Luiz Couto — que esteve aqui e vai retornar —, da Deputada Rosane Ferreira e do Deputado Amauri Teixeira, que já foi citado anteriormente. Quero agradecer muito aos Deputados e Deputadas a presença neste seminário.

Eu vou agora passar a palavra para Poliana Gomes Galvão, que aqui representa o Fórum dos Adolescentes em Situação de Rua do Distrito Federal. *(Palmas.)*

A SRA. POLIANA GOMES GALVÃO - Bom dia para todos. Meu nome, novamente, é Poliana. Estou aqui para representar todas as crianças e adolescentes em situação de rua.

E falando sobre a Copa do Mundo, nós levantamos entre todos nós um grupo para apresentar nossos questionamentos, e com isso nós apresentamos uma opinião, um querer, uma vontade, a vontade de que a violação de direitos venha a acabar. Por quê? Porque o abuso sexual, o estupro, o tráfico humano, a violência dos policiais, nada disso é de agora, isso vem de muito tempo; mas, com a Copa do Mundo, nós que já passamos pelas ruas acreditamos que vai crescer a violência contra moradores de rua, e muitos deles não sabemos onde estão; muitos sumiram da rua, muitos estão cumprindo sentença nos presídios. Estão fazendo uma limpeza geral de todas as crianças, de todos os adolescentes de rua.

Nós pedimos também que cada menino, cada criança, cada adolescente de rua venha a ter uma documentação, uma credencial. Por quê? Porque a FIFA estabeleceu uma distância em que não se pode estar, só que nesses pontos ficam moradores de rua, nesses pontos ficam meninos de rua, crianças de rua, adolescentes de rua. Nós queremos saber o que vai ser feito deles, porque promessas foram feitas para nós de abrigo, de clínica, promessas foram feitas de repúblicas para meninos, repúblicas para meninas, e nós não vemos nada disso.

E aí decidiram sobre a internação compulsória, e nós não achamos certo isso de internação compulsória. Sei que estamos num momento já muito avançado, mas nós não desistimos, porque nós lutamos pelos nossos direitos, nós lutamos pelo



nosso espaço. Infelizmente está havendo abuso, infelizmente não estão sendo realizados os nossos direitos.

Nós estávamos lá na Bahia, em Salvador, e levamos uma prova disso ao Comitê, que esteve lá. Nós testemunhamos lá, nós vimos uma garota, uma menina sendo preparada para a prostituição. Eles estavam trabalhando na beleza dela, com plástica, preparando o corpo dela, com aumento dos seios etc., para a prostituição. E, se isso acontece lá, vai acontecer aqui, com crianças, com adolescentes, como o Ministro já disse, com propostas que não se sabe de onde vêm, de onde isso está chegando; não se sabe qual é empresa, ela não tem, não relata nada de identificação, só diz que tem uma proposta para meninos e principalmente para meninas. São bastantes propostas de moda, de não sei o quê, e nós não sabemos de onde isso vem. Então, nós queremos mudar isso enquanto há tempo.

E também queremos relatar o fechamento das escolas, porque, como mãe — tenho três filhos —, eu trabalho, eu preciso trabalhar para sustentar minha vida, os meus filhos, e eu gostaria de saber como vai ficar minha filha, que estuda, como vão ficar os meus filhos, que ficam na creche. Como é que eu vou fazer? Eu não tenho como pagar ninguém para ficar com eles. Não tenho. E assim como eu há muitas mães, porque aqui no Plano Piloto as mães têm condições de pagar alguém para ficar com as crianças, têm condições de pagar um colégio particular, têm condições de pagar uma babá particular, mas nós da periferia não temos condições de pagar. Então, gostaríamos de saber disso: como vão ficar as crianças nas escolas?
(*Palmas.*)

Olhem, eu não sei falar bonito, não, mas eu digo a verdade (*risos*).

O SR. CLÁUDIO ROBERTO STACHEIRA - Está ótimo. Está muito bom.
(*Palmas.*)

A SRA. POLIANA GOMES GALVÃO - Então, a gente quer saber para onde vão nossas crianças, porque eu acho que o dever do mundo, o dever do Estado é cuidar dos direitos das nossas crianças. Quando o Estado levanta uma casa para dar lucro, os direitos das nossas crianças são tapados, é colocada uma folha em cima deles, e é como se nada estivesse acontecendo. E não é assim. A realidade está aí. Eu sou uma realidade. Eu sou uma ex-moradora de rua. Eu sofri agressão



aos meus direitos. Eu não tive direitos. E até hoje, como mãe, como uma cidadã que mora dentro de sua casa, meus direitos ainda não são respeitados.

Então, gostaríamos de saber o que vão fazer com os meninos. Nós queremos república, nós queremos clínica. A saúde está precária. Foram colocados ali R\$ 600 milhões, não é? Milhões foram gastos para fazer ali o campo. E as nossas crianças? Por que é que não gastam R\$ 1 milhão, só, R\$ 2 milhões, só, para atender o morador de rua, R\$ 2 milhões, só, para construir a creche de que toda mãe precisa, R\$ 2 milhões, só, para melhorar a situação da saúde, que está horrível? Mas, se é para o lucro do Estado, está tudo bonito. São tapados os nossos direitos, nós somos tapados, e é como se nada, nada estivesse acontecendo. E ainda querem mostrar para os gringos que aqui temos regra, aqui temos direitos!

Aqui só há gente. Aqui não há prostituta nem garota de programa; aqui há mulheres guerreiras. É isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Poliana, que nos trouxe em sua fala a preocupação, que é também uma preocupação nossa, primeiro com a lógica higienista que tem provocado muita angústia entre a população em situação de rua no Brasil inteiro. Há uma lógica higienista, um espaço que está estabelecido para nele não haver locomoção, e as pessoas vão sendo arrancadas de seu próprio espaço e da sua própria condição de cidadãos. É uma preocupação que nós temos também, quanto aos megaeventos.

Eu gostaria de, agradecendo, anunciar a presença de Wellington Pereira, que é coordenador do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; de Elpidio Dias, que é membro do Conselho de Juventude do Distrito Federal; dos alunos e alunas do PROEM, e é um prazer tê-los aqui; dos representantes dos assentamentos da BR-251, da Fazenda Banco do Brasil e da Fazenda Tiradentes; dos estudantes do IESB e da Faculdade Projeção, das unidades de Ceilândia e Guará (*palmas*), e também é um prazer tê-los aqui; e das professoras e dos professores da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação — EAPE, que aqui estão acompanhados pela professora diretora da instituição, Olga Freitas. É um prazer tê-los aqui. E também contamos com os meninos e meninas da Escola do Parque, com sua diretora aqui presente, Amelinha. (*Palmas.*)



Esta vai ser uma discussão que vai ensinar-nos a todas e todos, e todas e todos nós estamos tendo aqui a oportunidade de dar as nossas contribuições, nesse ensinamento, nessa pedagogia coletiva que é o princípio básico para a construção de uma pedagogia libertária. Então, quero agradecer muito a presença de todas e de todos e passar a palavra para Maria Izabel Silva, que é Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA.

A SRA. MARIA IZABEL SILVA - Bom dia a todas e a todos. Quero saudar a companheira Deputada Erika Kokay, Presidenta da CPI, a Deputada Liliam Sá, nossa querida Poliana, Karina, do Comitê, Vinícius, da Articulação Nacional dos Comitês Populares, e meu companheiro de Secretaria Claudio Stacheira. Quero cumprimentar cada uma e cada um dos senhores que aqui estão, em especial os adolescentes e jovens que se fazem presentes neste seminário, e dizer que eu, Deputada Erika Kokay, em toda a minha trajetória de vida, na luta na área da infância — que já soma uns bons longos anos, inclusive num outro espaço, e agora estou no Governo Federal, representando a Secretaria de Direitos Humanos no CONANDA, e assumi a Presidência do Conselho, representando lá o Governo Federal —, tenho sido uma pessoa muito animada, e tenho muita esperança. Se não fosse assim, acho que nós não estaríamos ainda nesta luta, nesta maratona, não é?

Muitos companheiros e companheiras que vêm de longa trajetória, incluindo as nossas Deputadas, incluindo quem faz parte desta Mesa, nós já temos um legado positivo para apresentar, sim.

Eu desconheço, na minha trajetória, desde 1994, quando eu comecei efetivamente a atuar como Conselheira de Direitos, no Estado de São Paulo, depois Conselheira Nacional dos Direitos da Criança, no CONANDA, em todos os movimentos de que participei, nós nunca tivemos uma iniciativa como esta de agenda de convergência, que foi uma provocação da rede da sociedade civil, e com um olhar para além da violência sexual contra a criança e o adolescente.

Já foi dito aqui nesta Mesa que os grandes eventos, as grandes obras potencializam violações de direitos de crianças e adolescentes; que há a exploração sexual, o trabalho infantil, o desaparecimento de crianças e adolescentes, daqueles que têm famílias, e há essa “higienização”, como bem comentou aqui a nossa companheira Poliana, o envolvimento com drogas; enfim, esses eventos realmente



potencializam essas violações. Mas o grande legado, que nós já iniciamos, é essa agenda propositiva, essa agenda de convergência entre organismos internacionais, redes da sociedade civil, o Governo, isso do ponto de vista nacional; e agora estamos descendo para o ponto de vista da localidade.

E, nesse sentido, Claudio Stacheira já ressaltou aqui a importância dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares. Não é possível pensarmos em um Comitê Local de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes sem que tenhamos a presença dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho do Distrito Federal. Então, é nessa perspectiva que estamos dialogando com os Conselhos. E aqui estou falando, como conselheira nacional e Presidenta do CONANDA, da importância de os Conselhos incorporarem essa agenda de proteção integral dos direitos da criança e do adolescente nos grandes eventos esportivos.

Nesse sentido, o Conselho Nacional discutiu e já publicou uma resolução, a de nº 153, que trata de orientações, de diretrizes para os Conselhos, relacionadas à Copa do Mundo, à Copa das Confederações, à Jornada Mundial da Juventude, enfim, para essa proteção integral. Então, essa resolução é uma contribuição do CONANDA para este debate, para essa agenda de convergência.

Da mesma forma, o CONANDA compõe a agenda de convergência desde o início das discussões, não é? Nós temos uma representação na agenda. E também, no último dia 18, e aí numa parceria muito fraterna, combativa, com o Comitê de Enfrentamento, com a nossa consultora Graça, do Instituto Aliança, nós apresentamos, no último 18 de maio, na atividade do 18 de maio, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, reformulado, trazendo à luz da nova conjuntura um plano com metas, com possibilidade de depois monitorar.

E o CONANDA também apoia, com os recursos do Fundo — e amanhã, no máximo depois de amanhã, nós estaremos lançando mais um edital do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente —, projetos de fortalecimento da Rede Primeira Infância, da rede de entidades que atuam na discussão da população de crianças e adolescentes em situação de rua, da rede de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente, das redes e fóruns dos direitos da



criança e do adolescente, das redes e fóruns de enfrentamento ao trabalho infantil. Tudo isso está no nosso edital, é o que nós já estamos financiando, e amanhã espero que já saia a publicação, mas no máximo depois de amanhã os senhores podem entrar no *site* da SDH ou do CONANDA e já estará lá esse edital.

Também com os recursos do Fundo Nacional apoiamos o nosso PAIR, Programa de Ações Intersectoriais — acho que é isso — e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, essa sopa de letrinhas. Se para mim é difícil, eu que falo o tempo todo, imaginem para quem está ouvindo! Não é, Erika? (*Risos.*) O PAIR, o conhecido PAIR também é apoiado com recursos do Fundo, como também a equipagem dos Conselhos Tutelares, como já foi dito aqui pela nossa Ministra e por Claudio Stacheira; a Escola de Conselhos, em que todo o conjunto de violações de direitos, mas em especial o diálogo e o fortalecimento dos nossos Conselhos, a formação dos nossos conselheiros, tanto tutelares quanto de Direitos, no sentido de definirem planos locais para a prevenção, porque isso é o principal para nós. Depois nós pensamos na proteção, nos direitos violados, mas se nós não partirmos para pensar num conjunto de ações de prevenção, nós teremos muitos problemas, e aí, como dizia a minha mãe, depois é só carregar o defunto e a vela. Por isso, nós precisamos cuidar antes para que não aconteça qualquer violação. Então, o CONANDA apoia com recursos do Fundo essas diversas atividades.

Por outro lado, o que temos feito, Deputada Erika e Deputada Liliam Sá? Nós estamos num processo muito importante e profícuo de discussão de condicionantes; é o que nós chamamos (só que precisamos achar a sigla) de “EIA/RIMA social” para as grandes obras. Temos uma iniciativa do CONANDA, a partir de uma assembleia descentralizada, realizada na região do Xingu, no ano passado, para diálogo com todos os Conselhos, com toda a rede de proteção, com os Governos locais, o que vai desdobrar-se num conjunto de condicionantes para o CONANDA apresentar, junto com a Secretaria de Direitos Humanos, as nossas entidades, a sociedade civil, para o Governo Federal quando da contratação dos processos das grandes obras. Então, são condicionantes, a partir do diagnóstico local da situação antes, durante e depois: a necessidade de que as empresas que ganhem essas licitações e esses contratos garantam a proteção integral de direitos humanos, em especial direitos de



crianças e adolescentes; o fortalecimento da rede de proteção e da rede de serviços; e o fortalecimento do sistema de garantia de direitos, para que nós possamos de fato não chorar sobre o leite derramado, mas prevenir, e acompanhar, e monitorar.

Essa experiência da agenda de convergência para os grandes eventos esportivos, os grandes eventos culturais e religiosos, também contribui para esse processo que o CONANDA tem desenvolvido e discutido, no âmbito do seu dia a dia. Então, essa tem sido a contribuição do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Temos ido aos Estados dialogar com os Conselhos, com os conselheiros, com os gestores, dialogar sobre a importância deles, porque cabe ao gestor local garantir a infraestrutura necessária para o funcionamento dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direitos. Então, nós aqui damos apoio, mas a responsabilidade, inclusive prevista no Estatuto, é do local, do Executivo local, e nós temos, nós do CONANDA, dialogado com diversos gestores estaduais no sentido de que eles também dialoguem com os Conselhos Municipais, com os gestores municipais, para fortalecimento dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares.

Por fim — acho que tudo já foi dito aqui, e nós estamos juntos nessa agenda de convergência, essa agenda propositiva —, eu quero fazer um convite a cada um e a cada uma aqui; inclusive a nossa Deputada Erika Kokay já confirmou presença, o que nos deixa muito felizes, e queremos também contar com a Deputada Liliam Sá: amanhã, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, das 9 horas às 12 horas, na sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no auditório no oitavo andar, realizaremos um ato político, em conjunto com o CONJUVE, o Conselho Nacional de Juventude, em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente e contra a redução da idade penal.

Não é possível que tenhamos tido uma audiência pública no Senado Federal ontem (*palmas*), em que a maioria, a absoluta maioria dos que fizeram uso da palavra, entre Senadores, Deputados e convidados, OAB e MP, posicionaram-se contra a redução da idade penal, e um grande órgão de imprensa, à noite, tenha distorcido absolutamente tudo! Nós estamos enfrentando o conservadorismo desta Casa, de um conjunto grande de Deputados; felizmente nós temos aqueles que estão conosco, que não são poucos, mas estão também fragilizados, como cada um



e cada uma de nós, com a investida da mídia. É de manhã, é na hora do almoço; só falta agora, a qualquer momento do dia ou da noite, aparecer lá: “Plantão! Mais um adolescente fez isso!”

Enquanto um adolescente comete um ato infracional, 10 adultos estão cometendo atos infracionais. E 41,6% dos adolescentes internos, na Fundação CASA, de São Paulo — que tem a metade dos adolescentes internos do nosso País, em torno de 9.800 adolescentes —, 41,6% estão lá por envolvimento com drogas! (*Palmas.*) Então, nós vamos enfrentar o tráfico de drogas, ou nós vamos penalizar mais uma vez a vítima? Deputada Erika Kokay, Deputada Liliam, 0,96% dos 9.800 adolescentes da Fundação CASA cometeram latrocínio; 31%, roubos, pequenos furtos, e muitos deles por conta do envolvimento com a droga. Então, gente, nós temos argumentos de sobra para vencer a grande mídia nacional. Vamos para a rua! (*Palmas.*) E amanhã nós contamos com os senhores para botar o time em campo, para botar o time na rua, em defesa do Estatuto e contra a redução da idade penal.

Um grande abraço. Axé para todos nós! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós gostaríamos de convidar todas e todos para uma atividade que se realizará aqui na próxima quinta-feira, dia 6 de junho, às 9h30min, neste auditório: a exibição do documentário de Guillermo Planel *Mais Náufragos que Navegantes*. Teremos aqui a presença da Secretaria de Direitos Humanos, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, da 4ª Secretaria, e também do diretor do filme. Então, haverá um debate sobre direitos humanos após a exibição do filme, que se dará às 9h30min, neste auditório, no próximo dia 6. É uma promoção, esse debate, da 4ª Secretaria da Casa, do Deputado Biffi, do Mato Grosso do Sul. Nós temos, então, confirmadas as presenças da Secretaria de Direitos Humanos, do diretor do filme, do 4º Secretário e da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos.

Nós gostaríamos de, agradecendo, registrar a presença dos representantes da CONTAG, da SEPIR, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal — nós estamos aqui com a Secretária-Adjunta, a Sra. Silvânia Timóteo —, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, do SINDIRECEITA e do Sindicato dos Professores do DF.



Quero agradecer a presença a Flávia Falcão Carvalho, que representa a ANDI — Comunicação e Direitos; a Maria Gláucia Brandão, que representa aqui o Município de Belo Horizonte e estará na Mesa de encerramento; aos alunos do Projeto GirArte, e é um prazer ter aqui (*palmas*) esses construtores diários, permanentes e absolutamente combatentes dos direitos da população do Distrito Federal, é um prazer ter os representantes do Projeto GirArte aqui; a Katerina Volcov, que é da Fundação ABRINQ; e aos conselheiros e conselheiras tutelares daqui do Distrito Federal. É um prazer tê-los aqui nesta atividade.

Eu vou passar agora a palavra para Karina Figueiredo, que é Secretária Executiva do Comitê de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A SRA. KARINA FIGUEIREDO - Bom dia a cada uma e a cada um. Peço desculpas aqui pelo atraso. Quero cumprimentar a todos na pessoa aqui de Poliana, representando os adolescentes e os jovens, não é? E na pessoa dela cumprimento toda a Mesa. E quero também ressaltar a importância da participação dos adolescentes e jovens da Escola do Parque, do GirArte, do Giração. É fundamental que eles participem, que eles estejam presentes, cada vez mais envolvidos nestes debates.

Há questões que eu gostaria de trazer. Primeiro, já foi contextualizada aqui, tanto por Claudio quanto por Bel, a questão da agenda de convergência, não é? O Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual juntou-se às demais redes da sociedade civil que defendem direitos humanos de crianças e adolescentes, que são: o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil; o Fórum DCA, de que o companheiro Wellington está aqui; a ANCED, Associação Nacional dos Centros de Defesa, aqui representado pela companheira Denise, que mais tarde vai estar na Mesa; e a Equipat, que é uma organização internacional que trabalha no enfrentamento a exploração e tráfico para fins sexuais. Nós reunimo-nos, e, desde 2010 nós estamos discutindo tanto os impactos que as grandes obras que estão acontecendo no Brasil de norte a sul têm trazido, no que se refere à violação dos direitos de crianças e adolescentes e suas famílias, como também, mais especificamente agora, recentemente, a questão dos megaeventos esportivos, não é?



Nós sabemos da história dos megaeventos esportivos, mas nós sabemos também que o Brasil é um país em que já existem vários megaeventos, que já acontecem aqui, como é o caso do carnaval, por exemplo, em Salvador, e das festas de São João, e de várias situações em que crianças e adolescentes estão expostos e vivenciam situações de violação de direitos. Denise depois vai aprofundar um pouco a questão das grandes obras.

Com relação aos megaeventos, o que é que nós temos percebido? Tivemos, sim, um avanço; é a primeira vez que nós temos uma agenda nos moldes que Bel apontou, e Claudio também; mas o que nós percebemos ainda? E aqui eu gostaria de ressaltar a importância da Ministra Maria do Rosário, o empenho dela, mas nós sabemos que não depende só dela. Nós ainda vemos isso como uma política, uma ação de redução de danos. É como se nós fôssemos, como eu sempre disse, nesse tema, infância, adolescência e megaeventos, um grãozinho de areia no oceano. É um tema extremamente amplo, permeado por uma lógica desenvolvimentista aqui presente, no nosso País. Essa lógica privilegia, sim, o capital. Quem ganha, quem lucra, quem se dá bem nessa lógica é o grande capital, não é? Esses programas todos que o Brasil tem feito aí, de obras etc., priorizam, sim, um grande ganho para o setor privado, e nós vemos que o investimento para o setor da garantia de direitos não acontece na mesma proporção. Acontece em proporção mínima. Eu acredito que o companheiro aqui do Comitê Popular da Copa já trouxe a questão de quanto têm custado os estádios. O estádio de Brasília custou R\$ 1 bilhão e alguns milhões, R\$ 1,5 bilhão, e se nós formos olhar para o orçamento para criança e adolescente vamos ver que é mínimo, ainda, o investimento que existe para garantir as ações que possam possibilitar a defesa dos direitos de crianças e adolescentes e a implementação do ECA.

Nós sofremos toda uma represália, em função de mudanças que o Estatuto precisa vivenciar, sendo que o Estatuto vai fazer 23 anos e nem foi implementado ainda na sua essência. Por quê? Porque o Brasil nunca assumiu a prioridade absoluta que está na Constituição. Se tivesse assumido, o orçamento para a infância e adolescência não seria como que é. Então, são alguns desafios que nós temos presentes e de que nós temos de fazer uma análise crítica, e entender que o que nós estamos fazendo é uma política de redução de danos, para não piorar ainda



mais a situação, o que pode vir a acontecer, mas em hipótese alguma o Brasil está assumindo criança e adolescente como prioridade. (*Palmas.*)

Nós estamos caminhando, a lógica é caminharmos para sermos a sexta potência econômica do mundo, e daqui a pouco a quinta economia, mas esse desenvolvimento tem-se dado à custa de graves violações de direitos humanos, de trabalhadores, de crianças, de adolescentes. Então, isso também tem de ficar registrado. E um exemplo concreto disso: em que pese aqui o esforço da Secretária Rejane Pitanga, de Daniel Seidel, o Governador Agnelo não permitiu que a gente abrisse a bandeira da luta contra a exploração e o abuso sexual de crianças na inauguração do Mané Garricha, que foi no dia 18 de maio, que é o Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual. Se criança e adolescente fossem prioridade, era o mínimo que se poderia ter feito, porque era o momento de marcar politicamente essa luta, e não foi possibilitado que isso acontecesse. Então, por aí se vê onde está a prioridade da criança e do adolescente, não é?

Nós sabemos que alguns outros Governos, em alguns outros Estados, permitiram. Houve lá em Belo Horizonte o abraço ao Mineirão. Está aqui a nossa companheira Beth, representando o pessoal de Minas. E nós sabemos que em alguns lugares houve avanços, mas infelizmente aqui nós não conseguimos levantar essa questão. Então, eu gostaria também de deixar isso registrado aqui.

E Poliana já comentou algumas situações que nos têm preocupado, com relação a crianças e adolescentes, fora a questão das creches, que já foi comentada, e das férias escolares. Nós, gente, precisamos de creche. Se nós queremos investir na prevenção, para que crianças e adolescentes não estejam em situação de rua, de outras vulnerabilidades, como a própria questão da dependência química, nós temos de investir nas políticas sociais básicas, em que o Brasil não investe (*palmas*), na educação, entenderam? Nós não temos creches. Vamos ver: há quantos anos nós lutamos aqui, com a Deputada Erika Kokay, para a discussão das creches no DF? E nós nunca conseguimos! E não é só no DF, não; é no Brasil inteiro. Então, se o Brasil não mudar sua lógica, não reconhecer que a criança e o adolescente são prioridade, o que nós vamos ter é isto: uma política higienista, de limpeza urbana, de recolhimento compulsório, como estratégia de resolver um problema que é de base, que é de fundo, um problema que está ligado às políticas



sociais básicas, que está ligado à lógica de que prioridade o Brasil quer, não é? Porque de que é que adianta fazer internação compulsória? Vão voltar os antigos manicômios que nós lutamos tanto para que acabassem, para que houvesse a superação?

E é isso, gente. Eu trabalho também na saúde, além de ser professora. E estão aqui meus alunos também. Eu quero registrar a presença dos meus alunos da Universidade Católica, que estão aqui. E eu trabalho na saúde, aqui, no Governo do DF, e nós vivenciamos diariamente o caos em que está a saúde pública, com todos os esforços. Tenta-se ampliar, mas é o caos. E eu trabalho com dependente de álcool e drogas, e realmente é extremamente desafiador conseguir garantir o acesso dessas pessoas a um tratamento digno, a toda uma lógica que está presente na perspectiva de um Estado de Direito, de um Estado onde as pessoas de fato possam ser consideradas cidadãs. Então, nós estamos longe disso no nosso País, eu gostaria de registrar isso.

E nós sabemos, Erika, Liliam e os demais, que essa questão da exploração sexual é uma questão muito mais séria, ainda a ser enfrentada, que nós ainda vemos como um grande desafio para conseguirmos enfrentar, e por quê? Porque ela envolve também toda uma lógica, todo um imaginário presente nessa questão, que é passado inclusive para o turista, para a pessoa que vem ao Brasil, de que o Brasil é o País das mulheres bonitas, do samba, das mulatas, e também de que esse turismo para fins sexuais é muito tranquilo aqui. Então, nós percebemos claramente essa questão, e por outro lado nós não percebemos também uma ação de vanguarda, uma ação forte do Ministério do Turismo nessa área. Estamos aí, próximos da Copa, e cadê as ações do Ministério do Turismo, para trabalhar campanhas? O que há são algumas Secretarias pontuais, em alguns Estados fazendo alguma ação, mas nós não temos uma ação de Governo, do Ministério do Turismo, não é? E nós sabemos que muitos turistas vêm para o Brasil, além dos turistas brasileiros também, atrás dessa lógica.

Eram essas as questões, gente, e quero dizer que, depois de tanto nós lutarmos, muitas vezes nós desanimamos, mas nós sabemos que não podemos desanimar, que nós temos de estar constantemente com este debate presente, para que crianças e adolescentes tenham direito de ser crianças, de sonhar, de brincar,



de ir à escola. É isto que nós queremos: que o nosso País de fato trate a criança e o adolescente como sujeitos de direito, como alguém com direitos, e para isso o Conselho Tutelar tem de ser fortalecido, e a escola tem de ser legal, não deve ser uma escola feia, horrorosa, em que o menino não quer ficar. Tem de ter esporte. Gente, nós vamos ter uma Copa do Mundo e não temos uma política de esporte neste País, uma política para a infância e a adolescência que garanta o direito ao esporte como um direito fundamental, como está lá do Estatuto, no art. 4º, e está na Constituição. Que legado é esse que a Copa vai deixar para o Brasil, se nós não temos uma política pública de esporte instituída?

Então, é isso. Eu estou meio rebelde hoje, mas é porque *(Muito bem! Palmas.)*, realmente, como dizem os meninos de rua, não dá só para passar o pano, a gente também tem de mostrar qual é a realidade. E é isso. Agradeço esta oportunidade e espero que a gente possa continuar aqui o diálogo. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Karina.

Antes de passar para a Deputada Liliam, para fazer o encerramento, eu vou passar a palavra para Vinícius, que vai informar o endereço de um *site*, e depois para Poliana, que quer dar um recado de 1 minuto também.

O SR. VINÍCIUS LOBÃO RIBEIRO - Eu só me esqueci de divulgar aqui, para quem quiser juntar-se a nós na luta, acompanhar os passos do Comitê, o portal do Comitê Popular: www.portalpopulardacopa.org.br. Lá estão os vídeos, as nossas reivindicações, os atos do Comitê etc. Eu quero convidar vocês a visitá-lo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Passo a palavra à Poliana.

A SRA. POLIANA GOMES GALVÃO - Lembrando aqui que nós, meninos, crianças e adolescentes, pedimos ao Estado que invista nas nossas comunidades para a proteção das crianças. Que o Estado fique atento ao tráfico humano, fiscalizando todas as boates, chácaras, Internet, hotéis, com sistema biométrico digitalizado, porque as crianças, os adolescentes... Os adultos fazem documentação falsa para que o adolescente venha a se prostituir dentro de hotel, dentro de boate.

A gente está pedindo essa atenção e essa fiscalização. Nós colocamos como sugestão o biométrico digitalizado, para que a gente saiba quem é de maior, quem é de menor. E pedimos também que, se forem fechar as escolas para as aulas, que se



crie também esporte e cultura dentro das escolas. É isso o que nós pedimos.
(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Feitos os esclarecimentos solicitados, eu vou passar a palavra à Deputada Liliam Sá, para que a gente possa encerrar esta Mesa e imediatamente passarmos à Mesa seguinte, que vai contar com as experiências dos Comitês que estão acontecendo em vários locais do Brasil.

Com a palavra, então, a Relatora da CPI, Deputada Liliam Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bom dia a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a todos, nesta manhã, que vieram para esta agenda de convergência, como disse a nossa querida Maria Izabel; todos que estão presentes aqui conosco para cobrar ações positivas no sentido de proteção das crianças e adolescentes.

Quero parabenizar a Deputada Erika Kokay pelo empenho, toda a equipe da CPI da Exploração Sexual que proporcionou este evento nesta manhã. Também quero agradecer à Maria do Rosário, nossa Ministra, à Poliana Gomes, que aqui esteve presente, à Maria Izabel, à Karina Figueiredo, ao Vinícius Lobão, e a todos os atores que estão nesta manhã representando alguns Estados que mandaram seus representantes.

Como Relatora desta CPI, eu fiz algumas considerações, até para dar uma satisfação para que vocês entendam o que nós estamos fazendo na CPI, o que nós estamos investigando e aonde nós queremos chegar.

Nós sabemos que daqui a alguns dias nós vamos sediar grandes eventos, como a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, que começa no dia 15, e vamos reunir quase 8 milhões de pessoas, segundo os dados que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente publicou.

A nossa preocupação enquanto CPI é com o aumento considerável do número de turistas. Isso pode acarretar também o aumento de várias violações de direitos humanos, como aconteceu na África do Sul. Infelizmente, as redes de exploração sexual se beneficiam das facilidades oferecidas nesse período, pela própria indústria do turismo — hotéis, bares, clubes noturnos —, e têm a convivência



daquelas pessoas que facilitam a exploração sexual de crianças e adolescentes, como taxistas, pessoas que trabalham em postos de gasolinas, e outros.

E nós sabemos que nossas crianças são oferecidas em pacotes turísticos. Isso ainda não acabou. Para quem pensa que isso acabou, informamos que ainda não acabou. Nós precisamos dessa promoção. Promover para que a sociedade entenda; trazer a sociedade para dentro deste debate para que ela entenda que a exploração sexual existe e precisa ser combatida.

Temos que nos antecipar e reverter esse ciclo de violações tão comum nos países que sediaram os grandes eventos, como disse a nossa Ministra Maria do Rosário.

Segundo um estudo da fundação francesa Scelles, que luta contra a exploração sexual, mais de 40 milhões de pessoas no mundo estão em situação de exploração sexual e de prostituição. A grande maioria, 75%, são mulheres com idade entre 13 e 25 anos, e quase metade das vítimas das redes de tráfico humano são crianças e jovens menores de 18 anos.

O estudo também afirma que grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, contribuem para agravar a exploração sexual. Futebol e Olimpíadas são identificados como os cenários mais comuns da exploração sexual. Isso confirmou esse relatório. Na África do Sul, o número de jovens vítimas de exploração sexual foi estimado em 100 mil; aumentou em 40 mil pessoas durante a Copa do Mundo. O próprio Marcus Vinícius estava dando essa explicação.

Este seminário foi idealizado com o intuito de discutir e avaliar, principalmente, e de buscar mecanismos, pois nós precisamos reverter esse problema. Como disse a Karina, criança tem que ser prioridade no Brasil. E nós não temos ainda essa consciência. Vemos rios de dinheiro para estádios que estão sendo feitos, e quando nós precisamos de maior investimento na infância, na educação, é um problema muito sério consegui-lo.

O pacto que vamos firmar hoje com representantes das 12 cidades-sede da Copa do Mundo é de extrema importância para a proteção de nossas crianças no que tange ao turismo e à exploração sexual. E nós precisamos assumir esse compromisso, porque é dever do Estado. Não podemos aceitar essa fragilidade que envolve a rede de proteção à criança e ao adolescente e deixar nossas crianças



descobertas, principalmente nessa questão de se darem férias para as crianças. Nós não podemos admitir isso. Nossas crianças ficam em situação de vulnerabilidade.

A CPI, nestes 14 meses de trabalho intensivo, fez 27 reuniões, visitou, em diligências, os Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e o Distrito Federal. Infelizmente encontramos um quadro muito ruim, um quadro que nós lamentamos muito no que diz respeito ao enfrentamento à exploração de nossos meninos e meninas. A rede de proteção é falha. Não existe, na maioria desses Estados, uma delegacia especializada em violência contra a criança. E, quando existe, funciona em péssimas condições e atua com responsabilidade sobre vários Municípios. Principalmente no Rio de Janeiro, eu digo, existe só uma Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima — DCAV, que atende a 92 Municípios. Isso acontece em todo o Brasil.

Falta de estrutura técnica. Os laudos que comprovam abuso sexual demoram meses para ficar prontos. Nós detectamos isso em Fortaleza. Estávamos lá para fazer uma investigação. Uma menina, que estava chegando com a mãe e cujo laudo demorou 2 anos, estava sendo chamada para a primeira audiência. A violação que essa menina sofreu aconteceu quando ela tinha 12 anos; ali ela já estava com 14 anos. Nós temos que combater isso. Então, a CPI está trabalhando para que, ao final, apresentemos projetos de lei e melhoremos a situação no que diz respeito à garantia de direitos.

Aproveito a oportunidade também para falar sobre os Conselhos Tutelares. A Ministra Maria do Rosário disse que está aparelhando os Conselhos, mas nós precisamos fortalecer essa ferramenta tão importante que são os Conselhos Tutelares. Nós não podemos deixar que o Conselho Tutelar seja cabo eleitoral de políticos. Nós não podemos mais aceitar isso! O Conselho Tutelar está ali para defender os direitos de crianças e adolescentes — em relação à violação de direitos dessas crianças. E nós precisamos combater a interferência que acontece. Às vezes o conselheiro está ali e é obrigado a virar cabo eleitoral de políticos.

A Ministra Maria do Rosário, cuja fala antecipou a nossa, foi Relatora de uma CPI como esta, fez um parecer maravilhoso e hoje, em função de seu trabalho, está à frente de um Ministério tão importante.



A causa maior da exploração sexual de crianças e adolescentes, nós sabemos, é a fome. E a nossa Presidente tem tentado combater essa mazela — a fome. Mas nós temos muito que fazer ainda. Nós sabemos que a CPI desbaratou várias redes de exploração. Nós estamos também no caminho de detectar também redes organizadas nesse sentido.

E o que nós vemos na CPI é que quando nós combatemos essas redes num ponto ela migra para outro. E a Internet ajuda muito nesse sentido. Ajuda muito. Então, o que nós podemos contar é com o trabalho de vocês, esse trabalho de formiguinha, para defender o Estatuto da Criança e do Adolescente, como uma lei importantíssima, uma lei que é imitada em outros países. E nós precisamos que essa lei ela seja realmente aderida por todos os governantes. Que eles passem a entender, e que as escolas também comecem a debater o Estatuto da Criança e do Adolescente com os nossos adolescentes.

Então, nessa perspectiva, durante esses megaeventos esportivos que serão realizados em todo o País, nós acreditamos que essas ações e esse pacto que vai ser assinado hoje são de fundamental importância para a promoção e também para a prevenção — vamos trabalhar com a prevenção — e a conscientização dos nossos governantes e de toda a sociedade brasileira.

A exploração sexual existe e nós precisamos ter um olhar diferenciado. E contamos que essas 12 cidades que sediarão a Copa das Confederações e a Copa do Mundo tenham ações efetivas, ações de políticas públicas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu quero encerrar com uma frase bem bonita, da saudosa Zilda Arns, que foi a fundadora da Pastoral da Criança. Eu acho que isso fala tudo o que nós estamos fazendo hoje. Quero dizer também que vocês que estão aqui, de outros Estados, se quiserem fazer as denúncias para a CPI da Exploração Sexual, a identidade de vocês será preservada. Vocês podem mandar direto aqui para a CPI ou ligar para o 0800-619619, ou para o Disque 100, para a Ouvidoria aqui da Casa, e nós vamos receber a sua denúncia e vamos tentar, de todas as maneiras, proteger suas integridades físicas e morais nessa questão.

Então, D. Zilda Arns dizia assim: *“Como os pássaros que cuidam dos seus filhos ao fazer um ninho, no alto das árvores, nas montanhas, longe de predadores,*



ameaças e perigos, e mais perto de Deus, deveríamos cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, promover o respeito aos seus direitos e protegê-los”.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Deputada Liliam Sá.

Nós estamos encerrando esta Mesa. Eu queria apenas pontuar que nós verificamos que há um aumento da denúncia de violação de direitos, particularmente de violência sexual, abuso e exploração sexual. Há um aumento da denúncia. Isso a gente verifica no Disque 100, a gente tem verificado em todos os levantamentos que a CPI tem feito. Entretanto, nós precisamos avançar. O aumento da denúncia é importante porque significa, primeiro, a responsabilidade de cada um com as crianças do nosso País, como diz a nossa própria legislação, ou seja, que são de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade as nossas crianças e os nossos adolescentes. E indica também uma desnaturalização: se há denúncia é porque se está desnaturalizando o que foi entranhado, muitas vezes, no corpo social como algo natural, que é a exploração sexual de crianças e adolescentes e a violência sexual.

Então, o aumento da denúncia indica dois fatores que são altamente importantes para que nós possamos enfrentar a exploração sexual e a violência sexual como um todo.

Entretanto, o que nós vamos perceber, nisso o que a Deputado Liliam argumentou e relatou, é que nós temos uma dificuldade muito grande, primeiro, na responsabilização. E responsabilização não diz respeito apenas ao Poder Judiciário. É preciso que nós tenhamos o Executivo aparelhado para que se possam fazer bons laudos que originem denúncias no Ministério Público, e também a responsabilização no Poder Judiciário. Há muita precariedade na responsabilização dos agressores, e há muita precariedade no atendimento. E a gente vai perceber na própria ação da Polícia Federal. A Polícia Federal, muitas vezes, aponta que é a mesma adolescente que está sendo retirada a situação de exploração e que retorna. Não consegue fazer a ruptura com a situação de exploração sexual. E o atendimento, do ponto de vista de ressignificação da vida dessas crianças e adolescentes que são vítimas de exploração sexual e de violência sexual em geral. Nós ouvimos a fala da menina, na



Paraíba, que dizia que a vida dela tinha acabado, porque ela nunca mais iria conseguir ter um relacionamento, não conseguiria mais se casar. Então, pensava: *“Eu não sou mais pura”*. Essa menina tinha sofrido uma situação de exploração há 2 anos, e ela não estava tendo atendimento para ressignificar a sua vida e ressignificar a sua própria experiência dentro de uma perspectiva de vida.

Então, nós vamos perceber uma falha no atendimento. Foi preciso que o Disque 100 fizesse um acompanhamento das próprias denúncias para saber qual foi o resultado delas, objetivamente; quantas dessas meninas foram encaminhadas ao CREAS. Porque aí nós vamos ver a ausência de uma especialização no atendimento à criança e ao adolescente em situação de exploração, porque o CREAS passa a atender à violação de direitos e ele perde o olhar específico para a questão da violação de direitos. Isso tem feito com que nós tenhamos, primeiro, uma dificuldade em que esses casos cheguem ao CREAS e, segundo, que haja um atendimento que seja realmente individualizado e um atendimento em profundidade para o resgate e a ressignificação das próprias vidas. Nós vamos perceber isso. Porque se nós tivéssemos o Sistema de Proteção... E a gente viu, pelos dados aqui apresentados pela Bel, que nós temos muito mais necessidade de uma política de proteção à adolescência e à infância do que uma política de recrudescimento penal, porque nós temos uma diminuição dos casos de homicídios, de atentados contra a vida dos adolescentes que estão internados, e tem-se a impressão — é um mito que se constroi — de que os adolescentes são os grandes agressores da sociedade, quando, via de regra, são vítimas. Nós temos 120 mil casos anuais de denúncias de violação dos direitos de crianças e adolescentes no Disque 100. Cento e vinte mil casos, por volta disso. Nós temos 8.700 adolescentes assassinados por adultos. São 97%, ou mais do que isso. São adultos que assassinam adolescentes. Isso indica que há necessidade de uma política de proteção. Eu falo isso porque nós estamos fazendo um recorte dos megaeventos que não deveria ser necessário. Não deveria ser necessário, se nós tivéssemos um sistema de proteção que assegurasse os direitos da criança e do adolescente. E nós estamos aqui discutindo o impacto dos megaeventos porque nós sabemos que ele acontecerá. E sabemos que é preciso fazer uma campanha, inclusive permanente. Nós estamos discutindo e vamos tirar, provavelmente, uma Campanha de Proteção à Criança e ao



Adolescente durante os megaeventos, como há no carnaval, via de regra, como há em vários eventos gigantescos que o Brasil produz. Mas são campanhas em que você não consegue mudar a cultura e introduzir uma lógica de que criança é sujeito de direito. E há a lógica da doutrina integral em todos os dias das nossas próprias vidas, com um olhar que não fique apenas na família, mas que fique no Estado e fique também na sociedade.

Portanto, nós vamos falar de campanha, nós vamos aprovar a campanha, e, provavelmente, o Governo fará uma campanha, mas é preciso que nós tenhamos uma intenção de mudança de construção de um processo, em que a gente veja a criança e o adolescente como prioridade absoluta, como aqui foi falado pela Carina. A gente tem dois sistemas, o SUAS e o SUS. Eles não conseguem abordar prioritariamente o que a lei exige. A lei exige a prioridade, a Constituição exige a prioridade, e nós não conseguimos fazer isso, nós não conseguimos. Nós estamos discutindo no megaevento a necessidade de escola integral, necessidade de creche. Todos nós sabemos que não vamos proteger as nossas crianças e adolescentes enquanto tivermos tanta deficiência de creche, tanta deficiência de escola integral de qualidade para os nossos meninos e meninas.

Portanto, é preciso que a gente deixe como legado, penso eu, de toda essa discussão dos megaeventos e das grandes obras, a necessidade de um compromisso permanente de fortalecimento do sistema de proteção, que passa pelos Conselhos Tutelares, passa pelos órgãos do Estado, mas passa, fundamentalmente, por políticas públicas de qualidade. Enquanto um viaduto for mais importante do que uma creche, enquanto tivermos uma sanha de encarceramento, que estamos vendo em vários projetos que estão circulando na Casa, não apenas a redução da maioria penal... A sociedade sabe que presídio não recupera; ela sabe disso, está no senso comum. Se realizarmos uma pesquisa, ela vai dizer que presídio não recupera, mas a solução que se apresenta de imediato é como se dissesse: *“Alimente a sua fome com segurança e a alimente com recrudescimento penal”*, porque é o mais fácil, embora todos saibamos que não resolve.

Nós temos a quarta maior população carcerária do mundo. Quase 30% dos que estão encarcerados no sistema prisional estão encarcerados em função de



drogas, têm relação com o tráfico de drogas. Porque aqui também não se diferencia — isso foi reafirmado num projeto que foi votado na Câmara —, e não tem como se diferenciar traficante de usuário, hoje. E o projeto que foi aprovado também confunde o usuário com pessoas com síndrome de dependência, e possibilita a internação involuntária de usuário — de usuário! —, não apenas de pessoas com síndrome de dependência. Obviamente, já temos uma legislação que permite a internação involuntária, mas é preciso romper as hipocrisias.

A Poliana disse que não há tratamento para quem quer se tratar. Há pessoas que querem se internar ou se tratar, e não há disponibilidade de serviço pelo poder público. Portanto, estamos construindo, sob o manto de que estamos protegendo, uma lógica higienista que vai se expressar na Copa, se não fizermos absolutamente nada.

Portanto, estamos aqui discutindo o impacto nos megaeventos na exploração sexual de crianças e adolescentes e tentando construir um pacto para que possamos trabalhar condições de fortalecimento do sistema de garantia de direitos e para que tenhamos as nossas crianças protegidas durante a Copa. Mas é preciso discutir que queremos nossas crianças protegidas durante todos os dias das nossas vidas, porque criança não é discussão de futuro, é presente. Se tivermos esse nível de violação... (*Palmas.*)

O que nós vimos com esse desbaratamento do bordel que submetia as mulheres a cárcere privado, aqui falado pela Ministra Maria do Rosário, foi o deslocamento de rota. Deslocou-se. E quem me disse que não haverá deslocamento de rota para os megaeventos? Vai haver deslocamento de rota se nada for feito, como está havendo para as grandes obras. Essa menina, citada aqui pela Ministra Maria do Rosário, foi aliciada no sul do País — foi aliciada no sul do País! —, passou 4 ou 5 dias em uma *van* para chegar ao Pará, porque ela foi fazer parte desse deslocamento para poder atender às necessidades que se estabelecem como necessidades importantes de lazer para os homens que estão construindo Belo Monte.

Portanto, é preciso romper com todas as hipocrisias para que possamos ter clareza do problema que temos que enfrentar e para que possamos enfrentá-lo todos os dias.



Enfim, gostaria de dizer que recebi um bilhete aqui — e nós estamos de acordo — do Serviço Social e do Serviço de Psicologia, dos profissionais de psicologia de todas as escolas, o que é absolutamente importante na construção de uma política de proteção, não na construção de uma política de reparação de violação de direitos.

Com esses esclarecimentos, estamos dando um atestado das insuficiências do nosso sistema de garantia de direitos e de como nossa Constituição tem sido ferida, lesionada, rompida todos os dias quando não damos prioridade absoluta a crianças e adolescentes. Esse seminário vem nessa perspectiva.

No segundo semestre, vamos fazer um seminário sobre as grandes obras, porque achamos que é preciso, primeiro, fazer o mapeamento das vulnerabilidades em todas as cidades próximas, porque não é apenas uma cidade que está envolvida, todas as cidades próximas a ela estão envolvidas, e você tem uma população que triplica de tamanho, pois ela recebe uma porção de pessoas sem qualquer vínculo comunitário, sem qualquer vínculo familiar naquela região.

É óbvio que isso vai impactar a vida, sob os mais variados aspectos, inclusive dos segmentos que são vulnerabilizados, como crianças e adolescentes. A gente pensa que é preciso ter condicionantes — isso que a Bel falava e que o CONANDA está discutindo. Uma delas ela é que é preciso criar o mapeamento das vulnerabilidades e construir planos. Não se pode instalar nenhuma obra sem que se tenham planos de fortalecimento dos direitos de crianças e adolescentes, e que têm que ser construído com a própria sociedade. Porque não adianta a empreiteira — e elas têm feito isso — chegar e discutir o que a comunidade quer.

A comunidade tem muitas demandas, e ela busca aquele momento para poder atingir as suas demandas. É preciso fazer planos de proteção às crianças e adolescentes, que sejam monitorados e que sejam assegurados, inclusive, em edital. E edital que já tem que ter a responsabilidade das empreiteiras, para que possam estar contribuindo na construção dos direitos das crianças e dos adolescentes num megaevento.

Então, nós vamos fazer esse seminário no segundo semestre, a CPI vai fazer, com foco nas grandes obras. E agora estamos trabalhando com os megaeventos.



Eu vou agradecer muito a presença de todos nesta Mesa, a presença do Cláudio, da Isabel, da Poliana, a presença do Vinícius e a presença da Karina, e chamar a próxima Mesa, em que vamos discutir (*palmas*) as experiências dos Comitês.

A construção dos Comitês já tem que ser louvada, porque significa fazer o recorte de crianças e adolescentes na preparação das localidades para os megaeventos.

Eu gostaria, antes disso, de registrar os nossos agradecimentos ao esforço do Alexandre Ferreira do Nascimento. O Alexandre Ferreira do Nascimento é representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos do Rio de Janeiro. O Alexandre esteve durante horas, e horas, e horas, e horas, no aeroporto, tentando se deslocar para cá. A gente foi mudar a passagem dele, enfim, houve uma desorganização completa que impossibilitou que ele esteja aqui conosco para esta Mesa. Mas nós reconhecemos o esforço do Alexandre, que esteve buscando desesperadamente embarcar para participar conosco desta discussão. A Deputada Liliam, por exemplo, relata que passou cinco horas no aeroporto para poder chegar aqui, e o Sr. Alexandre não pôde estar conosco, mas nós gostaríamos de registrar o seu esforço e agradecer inclusive a sua dedicação. Não faltarão oportunidades para que estejamos com ele, conversando sobre a participação, os direitos de crianças e adolescentes no megaevento.

Eu vou chamar, para compor a Mesa, a Denise de Carvalho Campos, que é membro da Coordenação Colegiada da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente — ANCED. É um prazer tê-la aqui; a Maura Luciane Conceição de Souza, que é representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos do Distrito Federal; a Helyzabeth Kelen Tavares Campos, que é representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos de Minas Gerais. É um prazer tê-la aqui. São militantes defensoras dos direitos, todas.

Chamamos também a Sra. Sandla Wilma Barros, que é representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos da Bahia; o Sr. Francisco Joatan Freitas Santos Junior, que representa o Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto de Megaeventos



Esportivos do Estado do Ceará; e a Sra. Eleonora Pereira da Silva, que é representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto de Megaeventos Esportivos do Estado de Pernambuco.

Então, nós temos aqui uma Mesa composta pela Denise, representante da ANCED; pelos representantes do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto de Megaeventos do Distrito Federal, de Minas Gerais, da Bahia, do Ceará e do Estado de Pernambuco — justificando a ausência do Alexandre, que representaria o Rio de Janeiro.

Reanunciamos também e agradecemos a presença de duas grandes Deputadas desta Casa: a Deputada Dalva Figueiredo, que é do PT do Amapá, e a Deputada Carmen Zanotto, que é do PPS de Santa Catarina. É um prazer imenso ter as duas Deputadas conosco neste evento.

Eu vou, então, começar, passando a palavra, em primeiro lugar, para a Denise. Nós vamos ser um pouco mais rígidos com o tempo. Vamos conceder um prazo máximo de 10 minutos. Com 8 minutos, nós avisamos.

Precisamos ser rígidos, senão não conseguimos concluir no tempo correto. Fomos um pouco flexíveis, mas percebemos que fomos flexíveis demais, na primeira Mesa.

Então, vamos controlar com rigor o tempo de 10 minutos. Anunciaremos quando estiverem faltando 2 minutos, portanto, com 8 minutos.

E passo imediatamente a palavra à Denise de Carvalho Campos, para que possa se posicionar, fazer um panorama geral; em seguida, vamos passando para os outros representantes dos Estados.

A SRA. DENISE DE CARVALHO CAMPOS - Bom dia a todos e todas, eu quero aqui, na pessoa da Deputada Erika Kokay, cumprimentar toda a Mesa e agradecer o convite feito à ANCED para participar deste seminário. Ao mesmo tempo, quero parabenizar a iniciativa da CPI em realizar esse debate, que é de extrema importância para todos nós.

E aí eu começo falando da ANCED, que é uma organização da sociedade civil, com 19 anos de atuação na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes e que está representada em todas as regiões brasileiras, através dos



Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, que hoje são 37 Centros de Defesa em todo o Brasil.

Eu aproveito um gancho da fala da Deputada Erika, quando ela comenta que a gente precisa romper com a hipocrisia. Para mim, quando se fala em hipocrisia, não dá para a gente hoje fazer o debate sobre a proteção da criança e do adolescente sem discutir o modelo de desenvolvimento que o Brasil assumiu e um modelo de desenvolvimento para as próximas décadas, que privilegie os megainvestimentos, a produção da riqueza em detrimento das demandas sociais.

E aí fica aqui uma pergunta: qual lugar que os direitos humanos ocupam hoje nas políticas públicas brasileiras?

Eu me sinto muito à vontade para falar, porque eu venho de uma região, Rondônia, onde estamos hoje sofrendo os impactos graves da construção das usinas de Jirau e Santo Antônio. A Deputada Erica Kokay teve oportunidade de ir pessoalmente conhecer a realidade vivenciada e ver a situação de violação de direitos humanos que a população local sofre com essa obra lá. E a ANCED, já desde 2010, como disse a Karina, como membro do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, pautou essa questão. E enquanto Comitê, decidimos que iríamos realizar um encontro nacional em Rondônia para chamar atenção do Governo brasileiro e da sociedade para o que estava acontecendo lá. E realizamos, então — com a presença da Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, com a presença da Deputada Erika Kokay e representantes de todo País da sociedade civil das redes de enfrentamento dos Estados e Municípios — uma audiência pública. Dessa audiência, resultou documento denominado *Carta de Porto Velho*.

A *Carta de Porto Velho* traz recomendações e demandas que depois foram ratificadas num outro documento que também as redes construíram, que foi entregue no ano passado, por ocasião da entrega do Prêmio Neide Castanho, de Direitos Humanos, na solenidade de 18 de maio nesta Casa.

E esses dois documentos, a *Carta de Porto Velho* e a *Carta 18 de Maio*, cobram do Governo Federal que o licenciamento de qualquer obra desses megainvestimentos tem que incorporar o princípio constitucional da prioridade absoluta e da proteção integral de crianças e adolescentes. E cobram do Parlamento



— e reforço isso porque estamos nesta Casa — sua obrigação de monitorar e fiscalizar essas obras, porque a maioria delas é realizada com financiamento público do BNDES, da Caixa Econômica Federal.

De lá para cá, realizamos essa audiência pública, em que estávamos pautando os impactos socioambientais das usinas em Rondônia. Posteriormente, vimos o mesmo processo ocorrer em Belo Monte e os mesmos erros serem repetidos.

Eu me lembro da frase de uma liderança local de Jaciparaná. Quando foi apresentada à Ministra de Direitos Humanos, ela falou: *“Se no Brasil tem direitos humanos, aqui ninguém sabe disso”*.

Então, nós, enquanto ANCED, temos feito essa pauta visando incidir nos espaços de que participamos, dizendo que é necessário buscar estratégias de incidência junto ao Parlamento, junto ao Governo, para esses documentos produzidos — agora fico feliz em ouvir a companheira Izabel, do CONANDA, falar sobre a discussão dessas condicionantes nos contratos de licenciamento... Porque não dá mais para a gente trabalhar numa lógica que privilegia só o capital, os megainvestimentos e não leve em consideração os impactos produzidos em função desses megainvestimentos, sejam obras de infraestrutura, sejam eventos esportivos. Eu me lembrava hoje cedo da fala do companheiro Renato Rosno, que diz: *“A FIFA faz um investimento e quer um retorno. E o retorno é muito alto.”* Daí se vê toda uma logística dos Estados e do Governo para fazer com que esse evento atenda aos interesses do investidor. Mas não se vê o mesmo esforço para garantir a proteção de crianças e adolescente. Está lá, é um preceito constitucional.

Então, quando a Karina fala de certo desalento, de desânimo, na verdade a gente se sente muito pequeno diante da perversidade do processo, porque, independentemente dos relatórios — hoje foi falado dos relatórios EIA-RIMA — todos os impactos que hoje vivenciamos em Rondônia foram previstos. Se verificarmos os relatórios da Plataforma DHESCA, da relatora, todos estavam previstos. Então, se não há planejamento é porque não há decisão política de fazer. E a mesma coisa vai acontecer agora, se não houver a decisão política. Por quê? Porque política pública se faz com orçamento. Não consigo enxergar a possibilidade



de se fazer política sem orçamento. Então, esses recursos estão previstos? Qual é o lugar que a proteção ocupa nos orçamentos dos Estados e do Governo Federal?

A gente reconhece o esforço da SDH, de todos nós, que estamos aqui. Com certeza, todo mundo procura desenvolver seu trabalho de forma de forma a garantir esses direitos. Mas não vamos conseguir alterar, fazer a exigibilidade do direito se a gente não discutir esse padrão de desenvolvimento que privilegia só o capital, se a gente não conseguir discutir a garantia do orçamento para a criança e o adolescente no Orçamento público, e que perpassa pela defesa intransigente dos direitos humanos de crianças e adolescentes, e eles não podem ser negociados.

Então, enquanto ANCED, vimos fazendo esse debate junto com as outras redes. Acho que foi avanço muito grande fazermos essa pauta nacional única das redes de defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes. A agenda é uma estratégia de incidência, mas não podemos ficar só nisso.

A ANCED também, por meio dos centros de defesa que estão na cidade-sede onde a Copa vai acontecer, vem discutindo a realização de um mapeamento do sistema de garantia, para que possamos ver qual é o cenário que temos e quais as demandas que a população traz e para a quais temos de nos voltar.

Concordo com a Sra. Karina: estamos mesmo numa linha de redução de danos. Para que realmente possamos fortalecer o sistema de garantia esse processo já teria de estar acontecendo de forma intensa há mais tempo, não às portas de uma Copa das Confederações, não faltando 1 ano para a Copa do Mundo. De qualquer maneira, estamos aqui e queremos dar a nossa contribuição. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Érika Kokay) - Muito obrigada, Sra. Denise, que aqui representa a Coordenação Colegiada da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente.

Vamos fazer uma quebra na Mesa por um problema de agenda de voo. Não conseguimos remarcar do Sr. Luciano Marcantônio, Secretário Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre. Como não conseguimos, ele vai ter que utilizar a palavra agora, assina o pacto — ele está autorizado pelo Prefeito a fazê-lo —, em seguida retomaremos a discussão. Do contrário o Sr. Marcantônio poderá ir embora sem se pronunciar.



Passo a palavra ao Sr. Luciano Marcantônio, Secretário Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO - Obrigado, Sra. Deputada. Parabênizo V.Exa. pela iniciativa sua e de seus colegas de criação desta CPI importantíssima, que no seu desdobramento originou a criação dos Comitês e também deste importante pacto.

Devo registrar que Porto Alegre, para avançar nas políticas de direitos humanos, criou a Secretaria Municipal de Direitos Humanos neste ano na gestão do Prefeito Fortunati. Temos lá uma rede e um Conselho Tutelar muito forte. E assumo o compromisso de ao retornar a Porto Alegre, criarmos o Comitê Contra a Violência, Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em relação aos megaeventos. Esse Comitê é importantíssimo, apesar de já termos lá o Comitê de Prevenção à Exploração Sexual e Violência de Crianças e de Adolescentes. Trata-se de Comitê muito importante porque esses megaeventos merecem atenção muito especial.

Então, é com muita honra, representando o Prefeito Fortunati, que assino o pacto. Também assumimos o compromisso da criação desse Comitê focando os megaeventos. Inclusive, sexta-feira temos agenda com o Prefeito Fortunati e com a Ministra Maria do Rosário para ver como executar essas ações em Porto Alegre.

Agradeço a todos a atenção.

Vou assinar agora o pacto. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Érika Kokay) - Retornando a nossa Mesa, passamos a palavra à Sra. Eleonora Pereira da Silva, que aqui representa o Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos de Pernambuco.

A SRA. ELEONORA PEREIRA DA SILVA - Bom dia a todos. Início parabenizando a CPI na pessoa da Sra. Deputada Érika Kokay, que esteve em Pernambuco. S.Exa. é companheira também. Ao mesmo tempo, já vou pedindo desculpas. Sou questionadora até demais.

Nos primeiros momentos, nas primeira e segunda mesa, as pessoas têm tempo maior de fala, mas no momento em que a sociedade civil se coloca o tempo é reduzido. Já estou me colocando e questionando algo: que em outros eventos a



sociedade civil possa falar, possa dizer onde estão as falhas, porque ela sabe muito bem onde estão as falhas.

E outra. Ouvi todas as falas da primeira e segunda Mesas. É uma coisa que eu já venho mapeando, eu já venho questionando. A gente fala muito de exploração sexual das meninas, mas nos esquecemos de falar dos meninos, principalmente de um público que está invisível, muito invisível ainda, e que hoje começa a aparecer e a ser questionado, que são os adolescentes LGBTs. (*Palmas.*)

Hoje, temos cura *gay*.

Eu estava vendo as mensagens que eu estava recendo e simplesmente, em matéria de Silas Malafaia que saiu hoje, ele coloca que os *gays* foram violentados sexualmente em sua infância. Isso não tem nada a ver...

Então, precisamos reafirmar isso. Eu acho que esses comitês... E também estou em Pernambuco pautando a temática LGBT na exploração sexual.

Apenas para exemplificar, estamos em Pernambuco com um adolescente-trans, que foi violentado sexualmente e privado de liberdade na unidade da FUNASE do Cabo. Também na unidade do Cabo houve um estupro de um adolescente por outros dois adolescentes. Isso dentro da unidade. Ninguém viu, ninguém sabe. Isso só foi publicado na mídia porque esse adolescente chegou ao hospital da restauração quase morto, já que fora sufocado com um lençol.

Então, a gente precisa começar a olhar esses meninos mesmo privados de liberdade, esses meninos que estão por fora nos “espaços de pegação”, como dizem. Estão na exploração sexual sim, estão sendo mortos. E são só dados estatísticos, como um *gay* assassinado por homofobia.

A gente pode começar a dar visibilidade também a esses meninos. A gente deu por muito tempo às meninas. Não estou dizendo que a gente não vai falar das meninas. É preocupante sim o caso das meninas, mas temos de falar também dos meninos.

Lá em Pernambuco, eu já fui na Conselheiro Aguiar e na Bernardes Vieira de Melo, que são divisões, guetos de meninos *gays*, *travestis* e *trans*. São locais de exploração sexual. Existe um mercado sim, e não é de pessoas de baixa sociedade, são pessoas de alta sociedade sim que compram o serviço.



Isso é mais ou menos o que pretendia lembrar sim, porque sou uma das mães pela igualdade, mãe de *gay* — não tenho vergonha de dizer — *que foi* assassinado no Estado de Pernambuco. Mas gostaria de apresentar os avanços.

Tivemos muitos avanços com a criação, com a chegada dos comitês. Não sei se é um avanço que a gente pode falar.

As agendas de convergências. Em Pernambuco, estamos mapeando os locais onde há grandes festas, principalmente Cabo de Santo Agostinho, que tem o *Trem do Forró*, e Caruaru. São grandes festas que vão cair mesmo no momento em que acontecer a Copa das Confederações, com dois jogos em Pernambuco. Serão colocados vários telões em Municípios de extrema vulnerabilidade de exploração sexual, principalmente em Cabo de Santo Agostino.

Reuniões com os Municípios.

A gente está agregando os Municípios principalmente na região metropolitana, que vão ficar mais próximos da Cidade da Copa, onde tem a Arena. A preocupação nossa não é na Arena, é com o espaço da arena, porque ali é espaço da FIFA. A nossa preocupação é com os locais distantes: e com os estacionamentos, com os locais e comunidades de baixa renda próximas à Arena, onde vão acontecer a situação de exploração. Porque ela não vai acontecer próximo à Arena. Não adianta a gente mapear, a gente botar ponto lá. Não é estratégico, não. A gente precisa é mapear o entorno dos 2 quilômetros que a FIFA disponibiliza. Aqueles entorno é que é preocupante para a gente. E aí eu trago as dificuldades. Eu vou trazer, com a experiência de Pernambuco, e os mapeamentos que a gente tem feito.

Tráfico de pessoa. Recife, Pernambuco, é rota. É rota, é uma das rotas de tráfico de pessoas, tráfico de drogas.

Então, a gente já viu agora, teve um jogo para a inauguração da Arena, a gente já viu que adolescentes, eles já foram detidos, e a polícia traz como isso que são as adolescentes que estão no tráfico de droga. Então, isso já começou a me preocupar com relação a essa questão. Porque, assim, a gente lá, até a própria mídia fala: *“Tem pena, leva para casa”*.



Então, a gente retorna àquela questão da redução da maioria penal, das questões das meninas: “Você gostou? Você quer?” Então, é uma das dificuldades.

A polícia. A polícia, ela não tem pena, não tem dó. E, mesmo quando é uma menina, uma adolescente que é apreendida, porque estava em situação de exploração sexual, ela nunca é vítima. Ela foi porque ela quis. Não é? E nunca é vista da forma de vítima. Então, assim...

A questão de segurança pública, ele não está discutindo com a gente no comitê, a gente não está discutindo.

O projeto de... Eu já digo que é um projeto de higienização porque está na cara aí, a retirada de moradores de rua, de LGBTs, de mulheres que estão vivendo na rua. Isso é um projeto já que já vem de uma bancada evangélica aí que não...

Dois minutos e eu vou fechar a minha fala aqui, rapidinho.

E aí eu já tinha colocado a redução da maioria penal, mas a minha preocupação é com o projeto de higienização, que está retirado de forma inadequada, de forma brusca. Os meninos estão colocando... Eu digo que estão colocando a sujeira debaixo do tapete, onde o Estado não tem uma política pública afirmativa na garantia de direitos humanos para a população que está na rua, para as minorias, principalmente para as mulheres públicas, os LGBTs.

Então, assim, eu agradeço a oportunidade. Fiz uma fala bem rápida para ter um entendimento. Desculpa aí. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós vamos dar continuidade.

Apenas esclarecendo que o recorte que foi feito não é sociedade civil, é o Governo. Nós tivemos, na Mesa anterior, mais representantes da sociedade civil do que do próprio Governo. E nós temos também representantes aqui do comitê que são representantes do Governo. Não são necessariamente da sociedade civil.

E anuncio a presença da Deputada Keiko Ota, que faz parte também desta CPI, que é do PSB de São Paulo. É um prazer tê-la aqui, Deputada Keiko, que faz um excelente mandato em defesa dos direitos humanos.



E passo a palavra ao Sr. Francisco Joatan Freitas Santos Junior, que aqui representa o Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos do Estado do Ceará. É um prazer tê-lo aqui.

O SR. FRANCISCO JOATAN FREITAS SANTOS JUNIOR - Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento a Mesa, Deputada Erika Kokay e Deputada Liliam Sá, e a plenária. Queria registrar a presença aqui da Viena Pontes Leão, da Assembleia Legislativa do Ceará, da Comissão da Infância e Adolescência; da Graça Gadelha, que participa e organiza lá, do Instituto Aliança; da Leila Paiva, que esteve até há pouco; e do Fernando Luz que trabalha com o Paí e são companheiros nessa luta de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Eu vou fazer rapidamente aqui, espero, uma apresentação no *PowerPoint*.

A gente representa a Coordenadoria de Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará.

Eu vou ver se consigo ir passando aqui.

(Segue-se exibição de imagens.)

A COPDH é coordenada pela Dra. Michele Camelo, Defensora Pública. Eu sou assessor para a Pasta de Crianças de Adolescentes. E a COPDH, juntamente com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, coordena o Comitê da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, a Agenda de Convergência no Ceará.

Há uma ideia, também, de a Comissão da Infância e Adolescência participar desta coordenação do Comitê local da Agenda de Convergência lá no Estado.

Cabe à COPDH — e eu vou me apresentar rapidamente — assessorar a direção e a gerência superior do Gabinete do Governador, na formulação de políticas e diretrizes voltadas para a promoção dos direitos da cidadania da criança e do adolescente; das pessoas em situação de rua; em situação de trabalho indecente e degradante; das minorias e de sua integração à vida comunitária e à educação; e da defesa dos direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos — PNDH3.

Bom, o Ceará, localização: Nordeste. Se o Distrito Federal tem dificuldades com questões estruturais e financeiras de proteção dos direitos humanos de



crianças e adolescentes, imaginem no Ceará, num período de seca e num período de uma política que a gente está tentando mudar.

Segundo o Disque Denúncia — e aí foi um apanhado feito pelo CIA, Comissão da Infância e Adolescência da Assembleia Legislativa, Viena —, nós temos, de janeiro a abril de 2012, 1.546 casos de denúncias de violação de direitos humanos de crianças e adolescentes. De janeiro a abril de 2013, 2.153 casos, um aumento de 39% nas denúncias, ou seja, 793 para cada 1 milhão. O Ceará está em 15º no *ranking* nacional. Esse *ranking* não quer dizer, necessariamente, a realidade da violação dos direitos humanos, mas a realidade das denúncias.

Ainda sobre o Disque 100, o abuso sexual: 405 casos. O Ceará ficou em 10º, agora, de janeiro a abril de 2013. E a exploração sexual, 119. Nós estamos em 9º. Ou seja, são casos de denúncias que o Comitê está trabalhando.

Aí a participação na Agenda de Convergência, aqui em Brasília. A gente está registrando em fotos para não ficar tão cansativa a apresentação.

Fazem parte do Comitê da Proteção Integral de Criança e Adolescente do Estado do Ceará: a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República; o Governo do Estado do Ceará; a Prefeitura Municipal de Fortaleza — e eu queria registrar a importância da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Fortaleza —; o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente; a Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região — Dr. Antônio Lima, Procurador, que dá muita força ao Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil; Ministério Público: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, que é a Dra. Antônia Lima, que também é muito ativa; o Núcleo de Atendimento da Infância e Juventude, o NADIJ, com a Dra. Juliana Andrade, então, o Ministério Público e a Defensoria Pública: muito ativos no processo; a Assembleia Legislativa do Ceará, Comissão da Infância e Adolescência; a Coalizão Brasileira de Esportes, que participou da semana de 18 de maio, depois, eu falo mais detalhes; o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil; o Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual; a Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua; e o Fórum DCA.



Fiz questão de citar para mostrar a integração e o esforço que estamos fazendo para trabalhar Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Fortaleza, Ministério Público, Defensoria, Assembleia Legislativa e sociedade civil.

Voltando um pouco, a Agenda de Convergência começou em 2012. Eu citei vários detalhes, não vou me alongar, porque não dá para contar esse histórico aqui, e a gente vai perder a oportunidade de ir para o mais importante.

Mas, desde 2012, havia do GT Copa, Grupo de Trabalho pela Copa, com o COMDICA à frente. E, durante o ano de 2012, o COMDICA ampliou para nível de Estado, incluindo o CEDCA, o Governo do Estado e outras Secretarias.

Lembrando que a STDS, Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, no Estado do Ceará, também participa do processo, juntamente com outros setoriais.

Bom, em 2013, nós tivemos reuniões do GT ampliado, que ampliou oficialmente o Comitê; a preparação do Seminário de Disseminação, onde a Angélica Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos das Criança e Adolescente, participou lá na STDS, no Ceará. Já aconteceu o 3º Encontro dos Conselhos da Fundação Itaú Social, que organizou, e o Seminário da Proteção Integral, já em 2013.

Bom, esta é uma foto que mostra, na STDS, o Secretário, o Coordenador de Direitos Humanos, CEDCA, COMDICA e Ministério Público participando da preparação do seminário.

Aí o seminário da Agenda de Convergência. Não sei se dá para ver na distância aí, mas dá para identificar a Secretária Angélica Goulart e técnicos da Secretarias e da sociedade civil.

Bom, quais são as contribuições que o Comitê considerou importante nesse processo? Articulação ampliada e matriz de responsabilidades para cada membro participante do Comitê de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, o Comitê da Proteção Integral. A ideia de um Comitê gestor local, com a participação do Estado e da Prefeitura Municipal, coordenados por eles, porque a responsabilidade do Estado é garantir esse direito, seja nos grandes eventos, seja nas grandes obras. É o caso do Pecém lá do Ceará. Você tem lá o Porto do Pecém e uma população de no máximo 40 mil habitantes; chegando a 12 mil, com tendência a duplicar para 25



mil trabalhadores, em uma situação verdadeiramente dramática. Lá na região, há Municípios pequenos com um porto gigantesco, grande quantidade de homens e uma ameaça aos direitos humanos de crianças e adolescentes constante.

A ideia de criar um decreto estadual já foi aprovada pelo Comitê. Está sendo discutida pela Procuradoria-Geral do Estado a legalidade da proposta do decreto do Comitê, para garantirmos a legalidade do processo.

Mapeamento e utilização dos recursos. Aí a gente passa pelos Conselhos Tutelares.

Fortalecimento dos Conselheiros Tutelares. Fortaleza tem seis Conselhos Tutelares. A ideia é ampliar. Já tem uma proposta da Secretaria Nacional de Direitos Humanos para aumentar. A demanda é muito grande em Fortaleza, e a quantidade de Conselheiros Tutelares é pouca.

Ainda temos que trabalhar também o nível cultural. A questão de estar, realmente, preparado para atender a demanda. É um desafio que passa também pelas leis que regem os Conselhos Tutelares e as suas eleições.

Construção dos espaços de direitos durante a Copa e espaços de convivência. Estamos centrando mais na questão dos espaços de direitos, que não vão ficar restritos à Arena Castelão. Na verdade, vão funcionar na Delegacia, com a Dra. Ivana Timbó. Vão funcionar em cada setor e estarão preparados com equipes fora e dentro do Castelão para atender às emergências.

A gente acredita que as violações próximas à Arena vão ser muito controladas e, talvez, não apareçam. Fora da Arena, na periferia, nos bairros mais populosos, na beira-mar, a tendência de infrações, de violações é muito grande. A gente, do Comitê do Sistema de Garantia dos Direitos, está trabalhando para evitar esse caos durante esse período não só dos jogos, mas durante o período dos 15 dias da Copa.

Houve também a campanha em alusão ao dia 18 de maio.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. FRANCISCO JOATAN FREITAS SANTOS JUNIOR - Eu vou ter que realmente passar. A gente pode deixar aqui para as pessoas. Eu vou continuar. Eu sei, eu entendi.



Houve uma campanha *Quem Cala, Consente*. Eu vou mostrar as fotos, aí vocês visualizam. Lá na Assembleia Legislativa, o cantor Raimundo Fagner participou. A Deputada da Comissão da Infância Beth Rose, a Coordenadoria de Direitos Humanos, o Ministério Público, STDS, todo mundo participou lá da discussão. É um projeto importante para Fortaleza. Isso já aconteceu no Estado e agora vai acontecer também em Fortaleza.

Aqui foi o jogo da proteção, que nós fizemos no Presidente Vargas, lá em Fortaleza. Aí se tem a Coordenadoria de Direitos Humanos, as Assembleias, ex-jogadores dos times do Estado, Ceará, Fortaleza e Juventude. Acho que o Sérgio Alves é do Ceará. *(Risos.)*

Aí você pode ver que na arquibancada está bem representativa a participação. Aí os dois times, Deputados, Vereadores, Prefeitos de 22 cidades. etc.

Aqui foi um evento na Assembleia Legislativa contra a redução da maioria penal, porque, infelizmente, para o Ceará, foi aprovada uma menção de um Deputado local para dizer que a Assembleia Legislativa era a favor da redução da maioria penal. De imediato, o Sistema de Garantia de Direitos se reuniu na Assembleia, e a gente fez um protesto, dizendo que o Ceará, a terra da luz, da liberdade, da libertação dos escravos, terra de Antônio Conselheiro, não poderia fazer uma desfeita desse com a juventude, com os adolescentes e as crianças do nosso País.

Contra o trabalho infantil, houve reuniões do FETI.

E o PAI vai ser implantado pela Coordenadoria de Direitos Humanos em 22 Municípios do Estado do Ceará, os Municípios ligados à região litorânea e metropolitana de Fortaleza, além de São Gonçalo do Amarante, onde tem o Porto do Pecém, e a própria Prefeitura de Fortaleza, que vai ter um aporte para um novo PAI em Fortaleza, para fortalecer os bairros principais.

O objetivo geral é a implantação do programa em 20 Municípios do Estado do Ceará. Isso vai ser feito pela Coordenadoria de Direitos Humanos do Governo do Estado, sob a nossa Coordenação e da Dra. Michele Camelo.

Os Municípios são muitos. Não vai dar para dizer. Vamos passar.

São as etapas do programa, mas eu acredito que boa parte aqui já conhece.

Aí, na Prefeitura de Fortaleza, é a reunião com os 22 Prefeitos e Secretarias.



A apresentação do PAI no Fórum DCA.

A COPEDH é coordenada pela Dra. Michele Camelo, que coordena também o Comitê da Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, com o Ministério Público e as demais entidades da sociedade civil.

Meu muito obrigado, e a gente está aqui. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Francisco.

Nós vamos passar agora para a Maura Luciane Conceição de Souza, que é representante do Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos do Distrito Federal, mas antes eu gostaria de anunciar e agradecer a presença da Gabriela Martins, que é representante do CECRIA — Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, e do Daubi Martins, que é representante da Comunidade Terapêutica Maanaim.

A SRA. MAURA LUCIANE CONCEIÇÃO DE SOUZA - Oi. Boa tarde já a todas e todos.

Quero saudar a todos os integrantes da Mesa, na pessoa da nossa Deputada Erika Kokay e da Deputada também Liliam Sá; os demais companheiros dos Estados e cidades que vão sediar os jogos da Copa e, em especial, os estudantes e jovens, adolescentes aqui presentes, que estão nos acompanhando resistentemente até esta hora. Quero agradecer a presença a todos, além dos adolescentes, que estão aqui até este momento. É um debate, uma conversa importante.

Primeiro, acho que é importante demarcar, mesmo a gente tendo pouco tempo... Enfim, temos o desafio do tempo pela frente, do horário avançado, mas acho que é preciso demarcar alguns avanços que houve, sim, no Brasil, nos últimos 10 anos na área das políticas sociais. Sabemos dos vários desafios que foram colocados aqui, que são legítimos, concordamos. Temos o enfrentamento a todos eles nas nossas ações, nas nossas construções intersetoriais, mas é inegável a gente pontuar os avanços que o Brasil já teve no investimento e implementação de políticas sociais importantes nos últimos 10 anos, como eu disse, políticas como o SUAS — Sistema Único de Assistência Social muito relevante. Ainda há grandes desafios para a sua implementação no Brasil, mas traz um modelo de gestão



descentralizada e muito importante para as populações de maior vulnerabilidade neste País.

Houve avanço nas políticas de transferência condicionada de renda. É inegável a gente não verificar a importância do Bolsa Família e outras políticas com condicionalidades para a educação e para a saúde; avanço na própria política de direitos humanos e articulação e fortalecimento do sistema de garantia dos direitos humanos; avanços em políticas de emprego e segurança alimentar e nutricional. Acho que isso precisa ser demarcado. Houve, sim, e está em pleno vapor o fortalecimento dessa rede de proteção e promoção social no Brasil.

No DF, a gente tem um desafio muito grande. A partir de 2011 é que se começou um trabalho de implementar, em consonância com o Governo Federal, essas políticas sociais, essas políticas públicas no âmbito do Distrito Federal, para fortalecer a rede local. Até então, é notório e público, havia uma resistência muito grande da implementação dos programas, serviços e políticas nacionais no DF, em função de resistência política mesmo, da divergência política do Governo local com o Governo Federal. A partir de um nivelamento político de 2011 em diante, 2012, hoje há, sim, um trabalho de investimento muito forte na implementação sistêmica das políticas públicas no DF, seja das políticas de assistência social, transferência de renda, monitoramento e avaliação, fortalecimento das redes locais, educação, saúde, mas sabemos que muito ainda tem que ser feito. Há muitos desafios. Há muitos entraves para essa implementação mais efetiva e em rede, mas já há, sim, um compromisso maior de implementar políticas públicas voltadas para a violação de direitos, voltadas para as comunidades mais vulneráveis deste País. E o Distrito Federal não está na contramão nacional, não.

Eu queria destacar que a própria organização nacional de uma agenda de convergência para além dos governos, com um forte empoderamento e participação da sociedade civil, de outros organismos, do CONANDA, é fundamental para fortalecer as ações locais de cada cidade-sede. Assim como a iniciativa da CPI, da Câmara, do envolvimento de Parlamentares, como as duas Parlamentares que estão aqui presidindo e coordenando este evento, é fundamental o fortalecimento do Estado brasileiro para o enfrentamento dessas violações, desses desafios que se



têm no âmbito das Copas, dos grandes eventos, das obras de grande impacto no País.

Vou passar muito rapidamente, porque a gente não vai ter tempo para aprofundar, mas para vocês terem um panorama de como o Comitê Local do DF está se organizando e o compromisso do Governo com políticas de fortalecimento da proteção integral de crianças e adolescentes a partir, inclusive, da criação da Secretaria da Criança. É uma Secretaria nova no DF, criada em 2011, com tarefas árduas e grandes desafios de articular uma rede de proteção local, de articular políticas, projetos, programas e serviços voltados à proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito local, estruturação e fortalecimento dos Conselhos Tutelares.

A gente já tem ações concretas sendo efetivadas no DF, desde equipagem, veículos exclusivos, formação continuada para os conselheiros escolares, fortalecimento de RH para funcionamento pleno das atividades de Conselhos Tutelares. Isso tudo já incurso aqui no DF e sob a coordenação da Secretaria da Criança do DF; coordenação e estruturação do sistema socioeducativo, também em construção, e reforma de novas unidades com base no SINASE, que é o Sistema Nacional Socioeducativo; também investimento no Plano Político Pedagógico — vamos chamar de PPP —, que, de fato, foque na ressocialização desses adolescentes.

Então, não adianta investir fisicamente em novas unidades conforme as orientações do SINASE, e sim em elaboração concreta de um plano que vise ressocializar esses adolescentes que cometeram ato infracional e estão internados. Então, vem acompanhada das duas coisas essa dimensão.

O próprio PPCAM, que vai ser implantado pelo DF e gerido pelo Governo do Distrito Federal, que é o Plano de Proteção a Adolescentes Ameaçados de Morte, que também é novo, vai começar a ser implementado pelo Governo do Distrito Federal agora, este mês, coordenado pela Secretaria da Criança. E uma série de outras ações, inclusive em articulação com o CDCA, para que a gente consiga garantir um modelo intersetorial de gestão local e fortalecimento da rede para proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes.



Então, vamos entrar, especificamente, em função do tempo, na ação do Comitê Local. Esse Comitê Local, obviamente, surge já no âmbito dessa agenda de convergência, que, de fato, organiza, fomenta a implementação de políticas de proteção sistêmica com um olhar sistêmico e com sinergias voltadas para que a gente fortaleça uma rede permanente de proteção aos direitos de crianças e adolescentes. Enfim, as políticas públicas, as políticas não públicas, os sistemas de garantia de direito, todos esses convocados e conclamados a fortalecerem as ações de proteção no âmbito dos grandes eventos. É um espaço, de fato, de preparação dessas ações da rede ou preparação das ações em rede, que também é um desafio. Construir a intersetorialidade no plano operacional, como disse o Cláudio, é um grande desafio nacional, não é um desafio só do Distrito Federal. No plano tático, realmente, nós já temos grandes avanços no Brasil. Mas, no plano operativo, vamos dizer assim, ainda estamos construindo. E acredito que nós vamos ter avanços, sim, legados importantes nessa área a partir principalmente da Copa do Mundo. A Copa das Confederações eu acho que vai ser um exercício importante para que a gente afine esse modelo, mas é a partir da Copa do Mundo que nós teremos desafios maiores, inclusive quantidades de jogos, uma mobilização internacional maior. Em função disso, acreditamos que esse modelo vai estar mais consolidado e podemos fazer uma avaliação mais efetiva para aprimorá-lo.

Então, nesse sentido, o Comitê no DF é coordenado pela Secretaria da Criança e pela Casa Civil; ele tem oito Secretarias de Estados que estão aí, que eu não vou nominar, para a gente não perder tempo; a composição também prevê a participação do CDCA e entidades da sociedade civil. No dia 6, agora, nós já vamos ter uma reunião do comitê local mais ampliada. Até então, ele fez cinco reuniões, mais no nível governamental, para preparar seu plano operacional, para preparar suas ações e apresentar para sociedade civil e para os demais parceiros que compõem o Comitê um modelo já previamente discutido no âmbito do Governo para que receba contribuições, avaliações, e a gente consiga avançar mais fortemente para implementar um plantão integrado já no dia 15, em função do jogo da abertura da Copa das Confederações, aqui em Brasília, que, como todos sabem, será no dia 15.



Então, a reunião mais ampliada com o CDCA, sociedade civil, Varas da Infância, Defensoria Pública, Ministério Público e outros parceiros está prevista para o dia 16, em que a gente quer avançar bastante em relação ao modelo que já estamos elaborando no nível governamental.

As atribuições do Comitê estão aí na tela. Não vou ficar nominando porque a gente não tem tempo. É só para vocês terem um panorama. Uma das principais atribuições desse Comitê Local de Proteção é elaborar um plano integrado de proteção. Eu não vou também aprofundar isso. A gente não tem tempo, mas a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência e o próprio CONANDA, nas suas colocações, já falaram um pouco dessa dimensão, o que significa e quais são os desafios que temos pela frente na construção desse plano. É um plano intersetorial, para além do Governo, com importante participação da sociedade civil, dos movimentos, para apontar, de fato, as discussões que a gente teve aqui, as fragilidades dessa rede, os desafios, as lacunas de que a gente precisa dar conta, consolidar no âmbito de um plano integrado permanente, de proteção integral permanente, que a gente tem de estabelecer no âmbito do DF, e eu acredito que no Brasil todo.

Quais são os desafios do Comitê de Proteção? Integrar e articular diferentes iniciativas e diferentes órgãos — isso não é fácil —; promover ações integradas e ordenadas, e eu diria coordenadas também; construir, dentro de uma proposta de proteção integral, ações, compromissos e investimentos; assinatura de um termo de compromisso, ou seja, um termo de fato que venha comprometer os órgãos governamentais e os órgãos não governamentais a implementar, de forma efetiva e permanente, esse plano de proteção, não só para as duas Copas que teremos por aí, mas para todos os megaeventos que o Brasil tem já tradição de realizar, e deixar um legado concreto em relação a essa proteção e a essa rede mobilizada.

Esse planejamento das ações do Comitê prevê três fases: a Pré-Copa, que são as ações de articulação, pactuação que a gente vem fazendo; durante a Copa, por meio de plantões integrados, por meio de fluxos estabelecidos — temos o modelo, inclusive, da Bahia, que tem nos inspirado, um modelo muito importante e temos aí uma publicação trazida para esse evento que tem nos inspirado para de fato operacionalizarmos esse modelo aqui no DF também; e a terceira fase é após a



Copa, esse legado que precisamos deixar para população do Distrito Federal e para o Brasil todo.

Ações estruturantes para subsidiar essa elaboração. Nós definimos, no âmbito do Governo, nessas reuniões estratégicas, e por isso justifica, até o momento, a gente ter feito reuniões ainda no âmbito do Governo, uma das definições importantes que eu avalio é que o PPA — teremos uma revisão do PPA agora em setembro, se não me engano — tem de prever a inclusão de ações de proteção à criança e ao adolescente, no âmbito dos grandes eventos, ou seja, o Comitê tem que ter uma rubrica para implementar suas ações de fato, com orçamento, com recursos, porque, realmente, se a gente quer priorizar criança e adolescentes, o lugar delas é no orçamento da criança e do adolescente, é fortalecer o orçamento existente, e a rubrica, a marca do Comitê tem de aparecer no Orçamento. Então, nós temos a oportunidade agora da revisão do PPA. Há uma orientação do Governo para Secretarias que compõem o Comitê fazerem essa revisão, incluindo ações ou suplementando ações para, de fato, implementá-las no âmbito do Comitê de Proteção e seus desafios, além de já pensar ações novas sobre o PPA de 2016, para que a gente de fato consiga dar visibilidade e efetividade às ações, com orçamento, com rubricas específicas para isso.

Fortalecimento dos canais de denúncia é uma outra ação estruturante, os próprios Conselhos Tutelares, a participação efetiva dos Conselhos Tutelares nos plantões integrados, enfim, em todo o processo de construção dessa política intersetorial, além dos conselhos de direitos. Campanhas permanentes de ampla cobertura — acho que tem de fortalecer a campanha nacional, dar visibilidade à campanha nacional que já existe hoje, *Não desvie o olhar*, que é aquela campanha dos macaquinhos. Acho que a maioria aqui já conhece. É só para deixar um pouco mais claro — e já vou concluindo aqui para não deixar nossos companheiros tão angustiados —, criar uma campanha local de proteção no âmbito do Comitê. Já há uma demanda para a Secretaria de Publicidade Institucional do Governo do Distrito Federal para criarmos uma marca para o nosso comitê, uma marca de proteção integral de uma campanha permanente, para que a gente utilize essa campanha e a fortaleça, Karina, no âmbito do 18 de maio, no âmbito do 12 de junho.



Que a gente crie uma cara da proteção integral de crianças e adolescentes no Governo e para além do Governo no Distrito Federal. Acho que falta um pouco isso. E tentar dar efetividade a essa campanha, gerar uma campanha de massa, que a população possa entender e ser comunicada dessa proteção, envolver de fato a mobilização, fortalecer a mobilização social em relação à proteção de crianças e adolescentes nesses megaeventos.

Há alguns desafios em relação aos recursos de plano de mídia que já existiam antes. A gente está meio fora do prazo, mas há toda uma negociação andamento para a gente ver se garante ainda para, no marco da Copa das Confederações, essa campanha vir a ter efetividade. Mas, com certeza, para a Copa do Mundo, essa campanha vai ser uma referência.

Nós temos o instrumental operativo do plano integrado, que tem duas fases. A integração e articulação da rede de proteção existente, o ordenamento e a sinergia dessa rede com as ações das políticas públicas, propostas que estão sendo criadas, novas ações ou ações já existentes; e a fase de implementação e criação de serviços e projetos novos. Ou seja, é uma fase do que existe hoje dentro das políticas públicas que compõem o comitê no DF; e uma segunda fase, uma segunda etapa de novas ações que podem e devem ser criadas para fortalecer essa rede, visando ao legado. Então, são duas dimensões: o que existe e o que pode passar a existir ou que está em processo de implementação.

Também estamos prevendo, no âmbito do comitê, uma agenda de atividades esportivas que o esporte possa ter, está desenvolvendo ou possa vir a desenvolver no dia do jogo da Copa das Confederações e na Copa do Mundo, atividades nos centros olímpicos e outros equipamentos públicos do esporte que possam garantir o funcionamento durante os jogos ou em decorrência dos jogos, definição de equipes intersetoriais para compor o plantão integrado, Governo e sociedade civil, além do sistema de justiça, ocupação do espaço disponibilizado à Fan Fest, em conjunto com a Vara da Infância, VIJ.

Nós vamos ocupar o local da Fan Fest com uma equipe de proteção do comitê fazendo esse olhar de fato de prevenção. A Fan Fest está prevista para o dia 15. E temos a previsão de realização de pelo menos mais 3 reuniões do comitê local, com a participação da sociedade civil, do CDCA, do sistema de justiça, para



que a gente ponha em execução todas essas ações e outros desafios que vão surgir a partir da discussão que a gente vai fazer de quinta-feira em diante dentro do comitê mais ampliado.

Seria isso. Agradeço a atenção a vocês. Estamos à disposição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer à Maura e dizer que nós recebemos aqui uma campanha, a campanha da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com referência à Copa, com o símbolo da Copa: *Quem cala consente, Fortaleza dá cartão vermelho à violência sexual contra crianças e adolescentes.*

Aqui está a metodologia da própria campanha, que envolve reuniões em bairros e cidades para construção de planos. Parece-me que vários planos são construídos de acordo com a realidade de cada um desses bairros. É uma campanha da Assembleia Legislativa, que também divulgou e produziu a cartilha *Prevenindo a violência sexual contra crianças e adolescentes*, que também faz parte da campanha, bem como os adesivos.

A gente parabeniza a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará por ter organizado essa campanha com referência à própria Copa, mas me parece que é uma campanha permanente, na qual se discutirá em seminários e haverá o monitoramento do desenvolvimento da campanha pelas próprias entidades estudantis, envolvendo, de forma muito decisiva, os grêmios estudantis, que, parece-me, são absolutamente importantes para desenvolver o protagonismo infantojuvenil.

Passo a palavra agora à Helyzabeth Kelen Tavares Campos, que aqui representa o Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos de Minas Gerais.

A SRA. HELYZABETH KELEN TAVARES CAMPOS - Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar pela iniciativa desta CPI, que propõe realmente ter um atendimento, um controle sobre esse fenômeno que possivelmente pode aumentar com os megaeventos.

Eu gostaria de informar que, em Belo Horizonte, a gente tem uma situação meio peculiar. O Comitê da Copa já vem funcionando há 2 meses. Tivemos 5 reuniões.



Estamos tendo realmente uma oportunidade de transformar o limão em uma limonada.

De fato, acho que o País não estava preparado, não precisava de uma Copa e de tanto investimento em estádios de futebol, que podem ficar sem utilização, enquanto temos várias carências nas áreas de educação, saúde e direitos das crianças e adolescentes. No entanto, se o dado está aí e temos a Copa das Confederações e, em seguida, teremos a Copa do Mundo, nós estamos utilizando esse evento das Confederações para exercitar nossa capacidade de articulação em Minas Gerais.

O Estado de Minas Gerais tem a maior malha viária do País. Nós temos mais de 14 milhões de quilômetros quadrados, se não me engano, de malha viária federal. Temos 253 pontos de exploração sexual nas rodovias federais de Minas Gerais, dos 1.800 do País inteiro. Isso significa que é um quantitativo muito importante e que a CPI tem que estar atenta sim.

É importante sabermos que podemos comunicar esta CPI para que investigue, sobretudo, o norte de Minas, que tem o entroncamento de duas malhas viárias importantes, onde realmente ocorre exploração sexual comercial de meninas e meninos.

No entanto, Belo Horizonte foi a sétima cidade do Brasil a implementar o PAIR. Está aí uma grande solução para esse nó que nós temos. Belo Horizonte foi a sétima cidade porque estamos em um estado que tem a maior malha viária e o maior número de exploração. Na época, eram 260 pontos. Caiu para 133 e voltou para 253. Portanto, os 1.800 pontos do Brasil continuam os mesmos, e os de Minas Gerais migraram, diminuíram, aumentaram. Eles estão sempre migrando para lugares onde há menos fiscalização. No entanto, temos essa mesma média de 200 e tantos pontos.

O que o comitê de Minas Gerais vem fazendo é que ele realmente consegue articular os segmentos, felizmente. Temos, claro, várias divergências. Não são reuniões necessariamente fáceis, porque cada um tem que se colocar na horizontalidade. Um juiz não pode ter mais poder que um policial ou que um secretário ou que um representante da sociedade civil. Em um comitê, você se senta



na igualdade para a defesa de um interesse comum, que é o direito de crianças e adolescentes.

Temos tentado. Acho que temos feito progresso. Inclusive, na última reunião, ouvimos da Polícia Civil que eles vão autuar os adultos que estiverem colocando crianças no trabalho infantil. Isso me impactou enormemente, porque até então nós temos que fazer abordagem de rua, tentar convencer as crianças a não trabalhar, que isso é prejudicial à saúde delas. No entanto, elas insistem, porque acham que têm uma remuneração maior, inclusive, que a dos pais.

A polícia tendo essa atitude... A gente está sabendo agora que, encontrando uma criança em situação de trabalho infantil com o maior responsável, o maior será ouvido, porque ele está cometendo um crime sim. Criança menor de 12 anos não trabalha no País. O trabalho só é permitido a partir de 14 anos, o trabalho protegido.

Portanto, é uma atitude que, para mim, já foi um avanço. Já posso considerar o fato de estarmos sentados, todos esses segmentos do Judiciário, da polícia, da sociedade civil e Governo Estadual e Municipal. Essa é a única forma que temos, de fato, de enfrentar uma questão tão complexa, tão difícil de ser identificada, difícil de ser identificada, porque difícil de serem responsabilizados os abusadores. E nós sabemos que um processo para responsabilização do abusador dura, no mínimo, 5 anos. Para uma criança que foi abusada aos 5, falar no processo final, 5 anos depois... Ela já deveria ter ressignificado esse ato. Ela vai ser revitimizada quando tiver de repetir o fato diversas vezes, por anos a fio. E sabe-se ainda que 90% dos abusadores são do contato íntimo, do convívio da família dessa criança. Só 10% são desconhecidos. Portanto, são processos complexos. Existe um arrependimento na denúncia.

Nós temos que tratar com muita delicadeza todas essas questões. Inclusive, eu participei da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, em 2004, que investigou a exploração sexual no Brasil. Na época, eu era Secretária de Assistência Social em Pompéu. Eu fui uma das denunciantes; sofro represálias até hoje e respondo a um processo — vou ser julgada este mês, inclusive — por denúncia caluniosa.

Então, não é fácil o enfrentamento a esse fenômeno. Mas eu desejo, de todo o meu coração, que esta CPI seja muito bem-sucedida, porque ela veio num momento importantíssimo para o País, em que vamos receber 600 mil turistas



estrangeiros para a Copa do Mundo. Isso impacta enormemente! Nós temos um potencial de crianças pobres que já são vítimas de abuso intrafamiliar e que estão aptas para serem captadas pelas redes de exploração, de tráfico humano.

Portanto, esta CPI tem uma função magnânima, e nós todos temos que, realmente, render o maior apoio ao Congresso, à Câmara Federal, que teve esta coragem, esta iniciativa.

Estamos à disposição. Em Minas Gerais, vamos trabalhar esse comitê como um exercício para que na Copa do Mundo de 2014 não haja violação aos direitos sexuais naquele Estado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Agradeço à Helyzabeth.

Antes de passar para a nossa última expositora, a Sandla Wilma Barros, eu gostaria apenas de dizer que esse é um trabalho do CEDECA/Bahia, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da própria Bahia e da UNICEF também, e que me parece extremamente interessante. Nós vamos disponibilizá-lo para os membros da CPI. É sobre o fluxo de proteção de crianças e adolescentes nos megaeventos. Acho que é um bom trabalho, porque há a definição de fluxo de proteção. E aqui eles vão discorrendo, elaborando realmente os fluxos, dizendo o que fazer, para onde encaminhar, enfim, os principais locais de ocorrência. É um trabalho bem pontual. A gente parabeniza por esse trabalho, que será disponibilizado para os membros da CPI.

Vamos passar a palavra à nossa última expositora desta Mesa, a Sandla Wilma Barros, que representa o Comitê de Proteção das Crianças e Adolescentes no Contexto dos Megaeventos Esportivos na Bahia. (*Palmas.*)

A SRA. SANDLA WILMA BARROS - Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa em nome da Deputada Erika e agradecer pelo convite para estar aqui.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Vamos falar sobre o nosso trabalho lá na Bahia, que já está em construção para a Copa das Confederações. Nós já instalamos o Comitê, que tem como objetivo fortalecer os mecanismos de prevenção e enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes em práticas esportivas e mobilizar as redes locais de proteção integral à criança e ao adolescente.



A metodologia para implantação do nosso Comitê foi a seguinte. Nós fizemos a sensibilização da rede com reuniões de articulação, elaboramos um termo de compromisso e o encaminhamos para toda a rede do Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes e outras entidades que atendem a crianças e adolescentes. Fizemos uma reunião de instalação do Comitê, com o recebimento desse termo de compromisso, com a indicação de um titular e um suplente. Fizemos a eleição da Coordenação Executiva do Comitê, que é composto pelo SEDES do Estado, a Secretaria de Assistência Social do Município, o CMDCA e o CECA.

Fizemos também a realização de um seminário para apresentação da proposta da Agência de Convergência, com a presença da Secretária Angélica, da Secretaria de Direitos Humanos. Posteriormente, realizamos uma oficina para elaboração da proposta do plantão integrado, do plantão de mobilização e os espaços de convivência. Nós reunimos a rede e, além de apresentar a agenda de convergência, nós fizemos subgrupos de acordo com cada especificidade de cada serviço, e construímos essa proposta de trabalho para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Estamos tendo reuniões periódicas no Comitê.

Está previsto para a Copa das Confederações um plantão integrado de proteção com estrutura de atendimento. Nós vamos montar esse plantão integrado próximo ao estádio, fora daquele perímetro da FIFA, mas próximo ao estádio, onde vão estar todos os representantes dos serviços de garantia de direitos. Serão quatro espaços temporários de convivência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Também serão quatro espaços em Salvador, onde haverá festas e telões para reprodução de jogos. E nós vamos montar esses espaços de convivência exatamente próximos a esses locais, onde também vai acontecer a busca ativa, que vai ser feita por uma abordagem social com a presença de conselhos tutelares. E vamos ter também, mais uma vez, o observatório de violações de direitos de crianças e adolescentes, que foi uma experiência piloto que nós começamos agora, no carnaval de 2013.

Eu vou falar um pouco sobre a experiência do carnaval, porque ele é o nosso megaevento de maior expressão na Bahia, onde nós colocamos mais de 2 milhões de pessoas na rua. Então, esse é um megaevento; inclusive, é bem maior do que a



Copa das Confederações, bem maior do que a Copa do Mundo. Mas a gente sabe que tem especificidades bem diferentes, não é?

Então, nós fizemos no carnaval — e é o que a gente pretende fazer também agora, na Copa das Confederações — uma mobilização que foi realizada por equipes da Secretaria de Turismo e dos SEDES, e pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, nos circuitos, tanto no principal como nos alternativos, porque Salvador tem três circuitos de carnaval, ou seja, nos terminais rodoviários, portos, aeroportos, através dos equipamentos turísticos e da mobilização de atores sociais.

Também montamos três unidades de acolhimento. Uma, de responsabilidade do Estado, dos SEDES, acolheu 39 crianças e adolescentes na faixa entre 0 e 12 anos. São crianças retiradas do trabalho infantil ou que estão em outra situação de vulnerabilidade. Uma vez encontradas, vão para esse espaço de acolhimento e lá ficam durante o período do carnaval. Depois, são entregues aos pais. A SEMPS, que é uma secretaria municipal, montou duas unidades, em que atendeu a 52 crianças e adolescentes na faixa etária de 4 a 14 anos.

Quais foram as questões relevantes que a gente identifica? A falta de confiança e resistência dos pais em deixar seus filhos com pessoas desconhecidas, e também até com os vizinhos e com as instituições. Há falta de acesso à informação sobre os serviços públicos disponíveis, porque o Estado e o Município têm esses serviços de acolhimento, como também há falta de infraestrutura adequada para o funcionamento dos Conselhos Tutelares. E na retaguarda há sempre uma queixa constante. Em todo carnaval os Conselhos Tutelares se queixam dessa falta de infraestrutura, da falta de sinergia entre os atores do sistema de garantia de direitos, o que contribuiu para que os fluxos construídos, esses fluxos apresentados, não funcionassem de forma efetiva. Então, a gente precisa trabalhar mais com a rede, para que esses fluxos realmente sejam efetivos. A par disso, há ausência de um espaço de atendimento integrado para a criança e o adolescente. Mas a gente está resolvendo isso agora, na Copa das Confederações. Montar esse plantão integrado é uma coisa sobre a qual a gente já vem pensando há muito tempo, mas só agora é que a gente vai conseguir efetivar. Cito também a ausência de preparação dos ambulantes e de condicionalidades, porque eles são cadastrados



para vender seus produtos durante o carnaval. Daí, a gente pensa em criar condicionalidades para que, se esse ambulante for encontrado com crianças e adolescentes no carnaval, a gente ter como agir. Que ele seja responsabilizado por isso; Também dotar de estrutura e espaço lúdico os bairros nas proximidades dos circuitos, o que nós ainda não temos.

Eu vou falar rapidamente sobre a nossa experiência do Observatório, que foi uma inovação.

O Observatório, na verdade, surgiu a partir da construção desses fluxos. Nós passamos quatro meses nos reunindo para a construção desses fluxos — Graça Gadelha, que vemos aí, nos ajudou muito nessa construção —, e daí surgiu a ideia de a gente criar o Observatório de Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes, por onde a gente iria sistematizar todos os atendimentos dos serviços a criança e adolescente durante esse evento.

As situações observadas foram as mesmas com que nós construímos os fluxos, essas que vemos aí.

Então, essas foram as instituições parceiras, com as quais nós fizemos uma parceria para obter os dados dessas instituições: postos de saúde, Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, Instituto Médico Legal, hospitais estaduais, FUNDAC, DERCCA, DAÍ, Conselho Tutelar, o CIAC e a SEMPS. O CIAC é o serviço de acolhimento da SEDES.

Então, para nossa surpresa, nós tivemos 58% dos atendimentos referentes a trabalho infantil durante o carnaval. Esse é o nosso calo, pelo menos lá em Salvador: o trabalho infantil. A violência sexual ficou com 1%.

Grupos mais atingidos. Nós tivemos o sexo masculino com 52%, o que representa a mesma coisa de outras faixas etárias, que é a violência de rua, porque o carnaval é uma manifestação de rua onde o sexo masculino é mais atingido do que o feminino. Com relação a raça e cor, os negros foram os mais atingidos também, com 57% dos casos, sendo que nós tivemos 35% sem informação. Então, se a gente pegar, se esses dados do “sem informação” fossem preenchidos, a gente teria um número bem maior aí de negros que sofreram violação. Adolescentes: 61%

Com relação às infrações, que nós também detectamos as infrações dos adolescentes. Os que cometeram roubo e agressão estão com 21%, e o tráfico de



drogas, junto com o porte de drogas, corresponde a 24%. O restante foi 1%, 6%, o que mostra que essa campanha pela redução da maioria não se sustenta, não é?

Aqui eu vou só passar rapidamente o que chamou mais a atenção da gente. Dos adolescentes atendidos nos serviços de saúde, 12% corresponderam à intoxicação alcoólica. Quando a gente pensa que intoxicação alcoólica é aquele menino que chega no serviço já em pré-coma alcoólico, ou coma alcoólico, isso é um dado bastante significativo, porque não é aquele que tomou uma cerveja, mas aquele que já chegou quase em coma alcoólico ou mesmo em coma alcoólico.

Mais dados: 28% das crianças atendidas sofreram algum acidente. E aí a gente questiona: foi acidente ou é negligência? Porque em um evento de 2 milhões de pessoas na rua, crianças nesses locais, será que isso aí já não é uma negligência?

Um dado importante: os casos de estupro de crianças aconteceram fora do circuito. De crianças. De adolescentes, houve um caso só que foi dentro do circuito, mas, de crianças, os casos aconteceram fora do circuito, e correspondem à violência doméstica.

E mais: 58% dos atendimentos foram correspondentes a trabalho infantil. Só no ano passado, a SEMPS registrou 521 casos de crianças e adolescentes em trabalho infantil. Este ano, isso quase que triplicou.

E 24% dos casos de adolescentes que cometeram infração estão relacionados a porte ou tráfico de drogas.

E aí, agora, quando a gente está finalizando o relatório desse Observatório, vamos encaminhar as listas dos atendimentos de todas as crianças e adolescentes, que foram ao todo 2.562, se não me engano, para a Secretaria Municipal de Assistência Social e para a Secretaria Municipal de Saúde, a fim de que façam o acompanhamento dessas crianças e adolescentes e suas famílias. Vamos difundir o relatório, rever o instrumento de coleta, e organizar o Observatório para a Copa do Mundo, porque para a Copa das Confederações nós já temos garantido que vamos, de novo, ter o nosso Observatório.

Obrigada. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu queria agradecer à nossa última expositora desta Mesa, a Sandla, que aqui fez uma exposição sobre a Bahia, e argumentando inclusive com experiência já de megaeventos, relacionada ao carnaval, e que agora se faz a adaptação para os megaeventos esportivos.

Eu gostaria de anunciar a presença do nosso Deputado João Ananias.

Eu vou chamar as pessoas que vão compor a próxima Mesa. Nós estamos com um problema de horário. Realmente, nós temos que ceder este auditório às 13 horas. Mas eu gostaria de chamar as pessoas que vão compor a próxima Mesa. *E* eu gostaria que todos ficassem aqui, porque vou chamar as pessoas para que possam se posicionar. Inclusive, vou chamar outras pessoas que participaram da outra Mesa, para que pudéssemos, nesta última mesmo, onde as pessoas vão assinar o pacto, ter a participação de todas e de todos que compuseram este seminário.

Gostaria, depois, de perguntar se o Deputado João Ananias, a Deputada Carmen Zanotto, a Deputada Keiko Ota querem fazer uso da palavra, para que possam se pronunciar antes do encerramento. *Aí*, nós chamamos depois dois representantes e fazemos a assinatura do ato e encerramos o seminário. A Deputada Carmen Zanotto, a Deputada Keiko Ota e o Deputado João Ananias estão aqui presentes conosco e fazem parte da CPI, inclusive.

Então, eu vou chamar as duas últimas pessoas para a terceira Mesa. Vou convidá-las, então: Márcia Fruet, que é Presidenta da Fundação de Ação Social de Curitiba; e Maria Gláucia Costa Brandão, que é Secretaria Municipal de Assuntos Sociais de Belo Horizonte. *(Palmas.)*

Tem a palavra a Márcia Fruet.

A SRA. MÁRCIA FRUET - Boa tarde a todos.

Deputada Erika Kokay, parabéns pela iniciativa! Acho que este é um momento tão bom de a gente discutir, porque um momento em que ainda as políticas estão tão incipientes.

Em Curitiba mesmo, os comitês não foram montados ainda. Temos, sim, uma Câmara Temática de Esporte e Ação Social, capitaneada pelo Estado. Infelizmente, a prefeitura também não foi convidada para compor na área de ação social. Então, nós estamos agora montando o Comitê de Enfrentamento à Violência.



Mas eu quero dizer, Deputada Liliam Sá — e também muito obrigada pelo convite — que Curitiba está com um propósito firme de ser declarada capital intolerante com a violência contra criança. Temos trabalhado bastante junto às demais Secretarias.

No dia 18 de maio, em alusão ao dia de enfrentamento à violência, nós assinamos um pacto também no Município, junto com os três Poderes do Estado também, para a redução da violência.

Principalmente, Deputada, uma questão que nos preocupa bastante é a responsabilização do agressor, a demora que existe nisso e a institucionalização da criança violentada, com seus direitos violados. Diante disso, nós chamamos o Núcleo de Atendimento à Criança da Polícia Civil e também o Tribunal de Justiça, e fizemos um pacto de redução de prazos. E redução de prazos influi desde os fluxos de atendimento.

Para não alongar mais, agradeço a todos a presença e o convite.

Gostaria de discutir mais sobre isso, que realmente é um problema, é uma chaga ainda na cidade de Curitiba, uma cidade tão bonita, onde assumimos agora e onde temos a preocupação não só dos megaeventos, mas da preparação toda, daqui até a Copa. E, depois da Copa, qual o legado que se vai ter?

Muito obrigada a todos! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Dra. Márcia.

Vou chamar a Sra. Maria Gláucia Costa Brandão, que é Secretária Municipal de Assuntos Sociais de Belo Horizonte.

A SRA. MARIA GLÁUCIA COSTA BRANDÃO - Boa tarde a todas e a todos.

Quero cumprimentar e parabenizar a nossa Deputada Erika Kokay e a Deputada Liliam Sá. Em nome das duas, cumprimento todos os demais Deputados presentes e os outros. Quero cumprimentar a Mesa aqui na pessoa da Bete Campos, que é lá de Minas Gerais, de Belo Horizonte, e parabenizar a todas e a todos por esta iniciativa.

Quero dizer que eventos como este são importantes para a gente nivelar o conhecimento, trocar experiências, avançar para além daquilo que cada um de nós está fazendo nas nossas cidades, nos nossos Estados.



Então, desejo sucesso a esta CPI. Que os resultados aqui sejam exitosos, transformem-se em ações concretas e efetivas, para a gente, realmente, avançar na defesa, proteção, promoção, garantia e restauração dos direitos de todas as nossas crianças e adolescentes do nosso Brasil.

Quero também dizer que Belo Horizonte está atendida, preparando-se para essa Copa, para esses megaeventos. Mas o mais importante de tudo o que foi falado aqui é que a gente possa legar algo, e que o legado a ser deixado seja de uma ação mais continuada de todos nós, nessa integração das ações, dos programas do sistema de garantia de direitos.

Que a gente continue, depois da Copa, com essas reuniões, com a integração desse sistema que envolve o Judiciário, que envolve a Polícia Militar, Civil, que envolve a Promotoria, a Defensoria, os Governos Estadual e Federal. Está-se trabalhando por uma ação conjunta de políticas, e que essas políticas sejam realmente efetivadas com a parceria do Legislativo e da sociedade civil. Que nós passamos, cada um de nós dentro das nossas responsabilidades, trabalhar para que a gente dê encaminhamento e consiga realmente efetivar essa política de proteção e promoção dos direitos de nossas crianças e adolescentes.

Eu creio que mais importante de tudo o que se fala aqui, nós temos de reconhecer, é que as políticas públicas estão sendo fragilizadas. Se nós temos violações de direitos, a proteção básica está realmente falha. Então, nós temos que fortalecer o SUAS, estender os CRAS, os CREAS, os programas que existem de proteção à família. A família tem que ser protegida. Nós temos que fortalecer a capacidade protetiva de nossa família, porque ela é a primeira responsável pelas crianças e adolescentes, como temos de fortalecer as nossas políticas públicas de forma integrada, de forma que a gente possa otimizar os recursos humanos, os recursos financeiros e construir, realmente, essa plataforma e fazer com que a criança e o adolescente sejam, de forma verdadeira, a prioridade em nossas políticas.

Então, fica aqui registrado o nosso compromisso com esse pacto, a nossa participação efetiva, do Governo de Minas e da cidade de Belo Horizonte, e o abraço do nosso Prefeito, Márcio Lacerda, que não pôde estar aqui. A gente vem, com muita alegria, assinar esse pacto e assumir o compromisso de continuar esse



debate, continuar essas discussões, para que a gente possa verdadeiramente, de forma compartilhada, construir essa política de forma efetiva.

Então, muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Peço à Dra. Gláucia que passe a compor a Mesa também.

Quero anunciar que nós ganhamos um *kit*, que é *Belo Horizonte conta com você. Em caso de suspeita de violência sexual contra criança e adolescente, disque 100 ou 08000311118, ou procure o Conselho Tutelar.*

Segue o endereço do *site*.

E aqui diz: *Asas para infância e adolescência seguras e protegidas. Eu já fui PET.*

Então, portanto, quero parabenizar a Prefeitura de Belo Horizonte.

A Maria Gláucia quer falar.

A SRA. MARIA GLÁUCIA COSTA BRANDÃO - Eu quero falar um pouquinho sobre esse material.

É um material do PAIR, que a Bete mencionou, que é uma forma de enfrentamento à violência sexual e aos tipos de violência contra criança e adolescente. Nós fizemos o *Manual de Boas Práticas*, trabalhando na qualificação dos bares e restaurantes, da rede hoteleira, da rede de transporte, com taxistas; trabalhando com as agências de turismo; trabalhando também com a questão da polícia, a questão da Guarda Municipal, para qualificar essas pessoas. Fizemos um material específico, fizemos porta-copos, fizemos porta-bolsas alusivo à questão do trabalho infantil, alusivo à violência sexual. E também vimos trabalhando no *trading* turístico. Temos uma parceria com o Governo do Estado para isso; não é só em Belo Horizonte, mas em toda a rede do *trading* turístico. Queremos que sejam qualificados com esse material.

Então, é um material específico. Depois eu vou deixar aqui para a Mesa um *kit* para cada um de vocês. Quem estiver interessado, pode entrar no *site* de Belo Horizonte, que esse *kit* está lá já explicitado e disponível para todos vocês. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, vou passar a palavra para a Maura, para que ela possa, rapidamente, complementar uma informação.



Vamos, depois, ler o pacto, chamar as Deputadas também, depois da leitura do pacto, para que estejam junto conosco nessa assinatura.

A SRA. MAURA LUCIANE CONCEIÇÃO DE SOUZA - Quero aproveitar esse gancho da Prefeitura de Belo Horizonte para anunciar também que o Distrito Federal está em processo de implantação do *Guia Escolar*, que é um guia que previne abuso e exploração sexual contra criança e adolescente. Ele é para identificação de sinais de abuso e exploração sexual no ambiente escolar, e destinado à comunidade escolar. É um guia elaborado pelo MEC e a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ele está atualizado, e o DF está publicando 30 mil cópias. Em parceria com a Secretaria de Educação do DF, vamos implantar o *Guia* em todas as escolas do Distrito Federal e fazer um debate, uma discussão com a comunidade escolar do Distrito Federal, para fortalecer a identificação de abuso e exploração sexual e fortalecer a rede local de enfrentamento.

Além disso, uma campanha com os taxistas também foi feita. Ela foi já lançada, na semana passada, aqui no DF, para que os turistas, quando chegarem para as Copas, para os eventos, já encontrem nossos taxistas aqui no DF preparados, já conscientizados em relação ao enfrentamento da exploração sexual e do turismo sexual aqui no DF. É uma campanha em parceria com o SESI, com o Conselho Nacional do SESI, que o GDF lançou para mobilizar e sensibilizar a rota do turismo no DF. Serve, principalmente, para os taxistas locais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Maura.

Eu tenho um recado do Luan Queiroz: um convite, que diz que o Comitê Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, o Fórum PETI do DF e a SEDEST lançam, nesta sexta-feira, o Fluxo de Atendimento da Rede de Enfrentamento do Trabalho Infantil. Esse documento traz os caminhos para o enfrentamento e, principalmente, os papéis de todos que fazem parte da rede: escolas, CRAS, CREAS, delegacias, etc.

Luan Queiroz, então, está anunciando que na sexta-feira será lançado o Fluxo de Atendimento da Rede de Enfrentamento do Trabalho Infantil. O Luan é funcionário da SEDEST — Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal.



Vou ler o pacto e, em seguida, chamar as Sras. Deputadas para colhermos as assinaturas da representante de Belo Horizonte e de Curitiba.

"Pacto pela Proteção dos Direitos da Criança e Adolescentes durante as Copas das Confederações e do Mundo no Brasil.

A CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi instituída na Câmara dos Deputados para apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa. E, a partir de diagnóstico elaborado por meio de diligências, audiências e outros instrumentos legislativos, elaborará relatório indicando sugestões de indiciamento e criação ou alteração de políticas públicas com vistas ao estabelecimento de novos marcos referenciais para atuação do Estado brasileiro e construção de novos marcos legais a partir de proposições legislativas.

Dentre os fatos verificados pela CPI destaca-se a ampliação dos riscos a que ficam submetidas as crianças e os adolescentes durante a ocorrência de grandes e megaeventos nas cidades. Entende-se que tais atividades propiciam a realização de novas obras de infraestrutura, ampliam a movimentação financeira e estimulam o crescimento do turismo, contribuindo para o crescimento das cidades realizadoras dos eventos. Mas, em contrapartida, também geram o aumento da vulnerabilidade de crianças e adolescentes, que ficam expostos a maiores e diversos riscos.

No Brasil, além dos grandes eventos que já ocorrem, tais como carnaval, eventos culturais, festas típicas regionais, está prevista a realização de megaeventos que atrairão para o território nacional uma quantidade substancial de turistas: a Copa das Confederações de 2013, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016.

Trata-se de momento especial para os brasileiros. No entanto, precisamos fortalecer o sistema de garantia de direitos direcionado às crianças e aos adolescentes, no sentido de garantir que a proteção desses cidadão e cidadãs não seja ameaçada e/ou violada.

Em face de tal diagnóstico, o poder público brasileiro, aqui representado por autoridades de Municípios, Estados e Distrito Federal, signatários deste Pacto pela Proteção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes Brasileiros, estudantes e megaeventos das Copas das Confederações e do Mundo, estão cientes das



determinações legais dispostas pelo ordenamento jurídico brasileiro, ora delimitado pelo art. 227 da Constituição Federal, que diz que 'é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.'

Assim, assumem perante os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, da Câmara dos Deputados, os Poderes da República e a sociedade brasileira o dever de cumprir e fazer cumprir os direitos de crianças e adolescentes, comprometendo-se, a partir desta data, com os seguintes compromissos:

- 1. Criar campanhas educativas em toda a rede hoteleira, pontos turísticos e nas escolas da rede pública e privada, alertando para os riscos da exploração sexual e do trabalho infantil — a referida campanha deverá ter início na Copa das Confederações e deverá permanecer até o fim da Copa do Mundo, em 2014;*
- 2. Garantir as linhas e montantes orçamentários adequados para efetivação plena das campanhas educativas;*
- 3. Qualificar os profissionais de segurança pública para atuação preventiva e de proteção dos direitos de crianças e adolescentes;*
- 4. Apresentar plano concreto de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, de forma a lhes garantir condições de realização de trabalho contínuo durante os eventos esportivos;*
- 5. Manter plantões nas delegacias de proteção de crianças e adolescentes e nos conselhos tutelares no dia de realização dos megaeventos;*
- 6. Fortalecer as organizações governamentais que compõem a Rede de Atendimento de Crianças e Adolescentes, com ênfase na proteção de direitos;*
- 7. Estruturar um sistema de atendimento especial para proteção dos direitos de crianças e adolescentes durante os megaeventos;*
- 8. Garantir que a abordagem policial de órgãos do Estado a crianças e adolescentes em situação de risco deverá ser realizada com o acompanhamento de*



órgãos interessados no sistema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, em especial o Conselho Tutelar;

9. Garantir que não sejam decretados férias ou feriados escolares nos dias em que ocorrerem jogos oficiais da Copa das Confederações de 2013 ou da Copa do Mundo de 2014;

10. Promover iniciativas de esporte e lazer nas escolas da rede pública e nas vilas olímpicas;

11. Apresentar os planos de proteção dos direitos de crianças e adolescentes, tendo em vista a aprovação de recursos orçamentários necessários para o desenvolvimento dos programas, projetos e serviços previstos na Lei Orçamentária de 2014;

12. Garantir a oferta de capacitação permanente aos profissionais que atuam na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, com especial enfoque para a formação continuada de conselheiras e conselheiros dos direitos e tutelares.

O presente termo de compromisso fica sujeito a monitoramento e cobrança por parte de toda a sociedade civil, meios de comunicação em geral e pelos agentes operadores dos direitos da criança e do adolescente, podendo ser denunciado a qualquer momento pelo seu descumprimento.

Brasília, 4 de junho de 2013."

Eu gostaria de chamar o representante da Secretaria de Direitos Humanos, o Vinícius, que representa a articulação dos Comitês Populares da Copa, a Karina Figueiredo, que representa o Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual, a Deputada Keiko Ota, que faz parte desta CPI, e a Deputada Carmen Zanotto, para procedermos à assinatura deste termo que nós encaminharemos a outros representantes dos Estados e Municípios que sediarão jogos da Copa, para que eles também assinem o documento, aderindo a este Pacto.

Então, chamo as representantes das Prefeituras de Curitiba e de Belo Horizonte, e também a Maura, representando o Governo do Distrito Federal, para procederem à assinatura e, daí, caminharmos para a construção deste pacto que, muito mais que assinaturas num papel, é o compromisso orçamentário, compromisso com as políticas públicas, com as articulações, para que Copa do



Mundo e megaeventos não passem a ser sinônimo de violação de direitos de crianças e adolescentes.

Chamo também a Sra. Edna, que aqui representa a Secretaria de Ação Social de Salvador, Bahia, em nome do Sr. Secretário Maurício Trindade.

Chamo para a assinatura a representante da Prefeitura de Salvador, Bahia, a representante do Distrito Federal, a representante do Estado do Ceará, a representante de Belo Horizonte e a representante de Curitiba.

(Procede-se à assinatura do termo.)

Solicito à Deputada Liliam Sá que proceda à assinatura como testemunha. Também a Deputada Keiko Ota e a Deputada Carmen Zanotto. E eu também assino. *(Pausa.)*

Enfim, está assinado o Pacto! *(Palmas.)*

Vamos encaminhá-lo a todos os representantes dos Municípios e Estados que sediarão jogos tanto da Copa das Confederações quanto da Copa do Mundo. Lembro que um pacto tem que ser tecido com prioridade absoluta, com prioridade orçamentária, com vontade política, para que nós possamos construir uma grande articulação.

Gostaria também de chamar a Deputada Jô Moraes, do PCdoB da Bahia, para que também assine o documento, já que ela é Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Então, vamos encaminhar o documento a todos os representantes de Estados e Municípios para fazemos essa construção. Vamos disponibilizá-lo na Internet e fazer o acompanhamento através da CPI. Também é importante que possamos construir observatórios para o acompanhamento necessário.

Vamos organizar, com a autorização que vocês estão nos concedendo de utilizar o que aqui foi dito, uma cartilha acerca deste seminário. No segundo semestre, realizaremos seminário sobre os grandes eventos, provavelmente no mês de setembro, e queremos organizar um grande pacto legislativo, envolvendo os Deputados Estaduais e Vereadores, enfim, para construirmos um pacto legislativo em defesa dos direitos da criança e do adolescente, em particular de enfrentamento a toda forma de violência.

A violência sexual vitimiza crianças e adolescentes várias vezes, cria uma cadeia de vitimização. A criança é vitimizada, via de regra, pela pobreza; é jogada



em situação de exploração, abre mão do seu corpo, dos seus direitos sexuais, que lhe são negados porque ela é coisificada — e muitas vezes lhes é negado o direito de falar. Porque a criança fala de várias formas, e essa fala não é reconhecida.

Vitimização e a culpabilização, particularmente de adolescentes, pela situação de exploração sexual: é preciso romper com isso, para que nós possamos romper também com a discriminação de gênero, com a discriminação social, com a discriminação étnica, via de regra, com a discriminação adultocêntrica, que não se permite porque viola a legislação que diz que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e destinatários de uma lógica de proteção integral.

Com essas palavras, e mais uma vez agradecendo a todos pela participação, nós damos por encerrado este seminário promovido pela CPI de Investigação da Exploração e Turismo Sexual de Crianças e Adolescentes, em funcionamento na Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*